



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LORRANA LAVINIA SANTOS DA SILVA

**"É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE": UMA NOITE EM 67 E A CRÍTICA
SOCIAL À DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM SALA DE AULA.**

Marabá- PA

2023

LORRANA LAVINIA SANTOS DA SILVA

**É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE": UMA NOITE EM 67 E A CRÍTICA
SOCIAL À DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM SALA DE AULA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá.
Orientador: Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves.

Marabá - PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

S586e Silva, Lorrana Lavinia Santos da
"É preciso estar atento e forte": uma noite em 67 e a crítica social à ditadura militar brasileira em sala de aula / Lorrana Lavinia Santos da Silva. — 2023.
65 f.

Orientador (a): Davison Hugo Rocha Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2023.

1. Ditadura – Brasil - História. 2. Brasil - Política e governo - 1964-1985.
3. Ambiente de sala de aula. 4. Livros didáticos - História. 5. Documentário (Cinema) - Estudo e ensino. 6. Música na educação – Estudo e ensino. I. Alves, Davison Hugo Rocha, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 981.063

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

LORRANA LAVINIA SANTOS DA SILVA

“É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE”: UMA NOITE EM 67 E A CRÍTICA SOCIAL À DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM SALA DE AULA.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá.
Orientador: Prof^o. Dr. Davison Hugo Rocha Alves.

Data da Defesa: 27/01/2023

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves (Orientador) – UNIFESSPA

Profa. Ma. Silvana de Sousa Lourinho (Membro Interno) - UNIFESSPA

Prof. Dr. Tiese Rodrigues Teixeira Júnior (Membro Interno) - UNIFESSPA

Prof. Me. Paulo Sérgio da Costa Soares (Membro Externo) - UFPA

Marabá-PA

2023

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram na concretização deste sonho e que me apoiaram durante o processo acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade, o discernimento, a saúde e a paciência para concluir mais esta etapa em minha vida. Sendo uma das mais importantes, inclusive.

À minha mãe, Adriana Almeida Santos (Drika, para os íntimos), por ter me dado todo o apoio durante todo esse período acadêmico, sempre acreditando que eu conseguiria e me incentivando a não desistir, fez até mais que esse papel de mãe, foi amiga e companheira também. Obrigada por não desistir de mim mesmo quando até eu já tinha desistido. Nem consigo mensurar o tamanho da minha gratidão por te ter como mãe.

Às minhas avós, Maria do Socorro Almeida e Maria do Socorro Dias por terem me ajudado em todos os sentidos, principalmente no emocional. Seus conselhos foram imprescindíveis para que eu conseguisse concluir este sonho, obrigada pelo carinho, pelos abraços e por me mostrarem a verdadeira importância da vida, que vai além das conquistas pessoais.

A minha querida irmã, Thaylla, que mesmo sem saber, me deu forças para continuar e lutar. Seu amor me fez acreditar em dias melhores, através do seu amor tão puro, tão intenso e tão verdadeiro, minha eterna criança.

Ao meu companheiro por todo apoio, paciência, ajuda e carinho nos momentos bons e difíceis também. Me mostrou que desistir jamais será uma opção.

A todos os professores da FACED/UNIFESSPA que tanto contribuíram para minha formação enquanto ser humano crítico e reflexivo, enquanto profissional engajada e pela mediação de saberes específicos no curso de Pedagogia. E além disso, sou grata por sempre estarem à disposição para tirar as minhas dúvidas e indagações no decorrer das disciplinas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves, pelas excelentes orientações, pela sensibilidade, pela atenção e principalmente por todo apoio durante a minha graduação, durante o período de orientação de TCC e também, durante minha trajetória no Programa “Cinema e Música popular em debate: História (Pública) e Educação no período autoritário (1964-1985)”, 2022-2023 vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

A todos os meus colegas da turma Pedagogia 2020, por dividir comigo todos os momentos durante a graduação, em que compartilhamos momentos felizes, momentos tristes, momentos tensos e momentos de anseios e medos. Agradeço em

especial a minha amiga Idelbrandina Neta pelo companheirismo acadêmico e pessoal nessa minha jornada, pelos conselhos, pelos trabalhos que construímos no decorrer do curso, pelas risadas nos corredores da faculdade, e acima de tudo pela amizade em momentos delicados.

Aos meus familiares e meus amigos que sempre me incentivaram a continuar, diretamente ou indiretamente também foram responsáveis pela conquista deste sonho. Obrigado por terem sonhado junto comigo.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para minha formação pessoal, profissional e acadêmica.

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar às palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.*

Cora Coralina.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar o uso de documentário como fonte de estudo durante as aulas de história no contexto da ditadura militar (1964-1985), para estimular o aluno a observar outras percepções além das apresentadas nos livros didáticos, pois o passado é uma questão de percepção dos indivíduos que vivenciaram esse período, sendo uma disputa de narrativas e de memórias do período autoritário. Portanto, queremos destacar a crítica social feita pela linguagem cinematográfica à ditadura militar a partir da ótica dos artistas da música popular brasileira. No aspecto macro estamos dialogando com a historiografia da ditadura militar a partir dos trabalhos de Skidmore (1988); Fausto (2009); Bittencourt (2002) e Morettin (2018). Para a produção dos dados, utilizamos a abordagem qualitativa através das reflexões de Denzin e Lincoln (2006), a partir de uma pesquisa bibliográfica em teses, documentos, livros e revistas, cujo objetivo foi de obter embasamento nos argumentos presentes no decorrer desta pesquisa e a análise em um documentário como fonte histórica. Como resultados, verificou-se a possibilidade do documentário ser usado como ferramenta de ensino, visto que é associado com componentes curriculares ligados à BNCC, pois, o livro didático de História apresenta uma narrativa política e econômica, colocando o aspecto cultural em segundo plano dentro do processo histórico mencionado, a pesquisa mostra sugestões para aplicação através de plano de aula para aproximar o documentário com a sala de aula.

Palavra-Chave: Ditadura Militar. Documentário. Música Popular Brasileira.

ABSTRACT

This research has the general objective of presenting the use of documentaries as a source of study during history classes in the context of the military dictatorship (1964-1985), to encourage students to observe other perceptions beyond those presented in textbooks, since the past is a matter of perception of the individuals who experienced this period, being a dispute of narratives and memories of the authoritarian period. Therefore, we want to highlight the social criticism made by the cinematographic language to the military dictatorship from the perspective of Brazilian popular music artists. In the macro aspect, we are dialoguing with the historiography of the military dictatorship based on the works of Skidmore (1988); Faust (2009); Bittencourt (2002) and Morettin (2018). For the production of data, we used a qualitative approach through the reflections of Denzin and Lincoln (2006), from a bibliographical research in theses, documents, books and magazines, whose objective was to obtain foundation in the arguments present in the course of this research and the analysis in a documentary as a historical source. As a result, the possibility of the documentary being used as a teaching tool was verified, since it is associated with curricular components linked to the BNCC, since the History textbook presents a political and economic narrative, putting the cultural aspect in the background within of the mentioned historical process, the research shows suggestions for application through a lesson plan to bring the documentary closer to the classroom.

Keyword: Military Dictatorship. Documentary. Popular Brazilian Music.

LISTA DE ABREVIACOES

AI - Atos Institucionais

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNV - Comissão Nacional da Verdade

COI - Centro de Operaoes e Defesa

DOI - Destacamento de Operaoes e Informaoes

EUA - Estados Unidos da América

FACED - Faculdade de Ciências da Educao

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MPB - Música Popular Brasileira

OSPB - Organizao Social e Política Brasileira

PAPIM - Programa de Apoio a Projetos de Interveno Metodológica

PIBEX - Programa Institucional de Bolsas e Extensão

PIBID - Programa Institucional de Iniciao  Docência

PIB - Produto Interno Bruto

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: DITADURA MILITAR, RESISTÊNCIA E CINEMA.....	19
1.1 Os historiadores que dialogam com a ditadura militar.....	20
1.2 A Educação brasileira e o ensino de História no período ditatorial.....	32
1.3 Cinema e Ditadura Militar.....	34
CAPÍTULO II: O USO DO DOCUMENTÁRIO “UMA NOITE EM 67” NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	41
2.1 Impressões do documentário “Uma noite em 67”	42
2.2 Os temas apresentados no contexto do documentário.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

No início do ano de 2020 ingressei no curso de pedagogia na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, em que com apenas dezessete anos de idade deixei minha cidade natal Canaã dos Carajás-PA para ir em busca de um sonho no município de Marabá-Pá, esta atitude foi o maior desafio que enfrentei até hoje, mas o medo do novo não foi capaz de me parar, e continuei, mesmo sem saber ao certo como seria, pois não conhecia muito sobre o curso, apenas tinha a certeza que isso me habilitaria como profissional da educação para atuar em diversas áreas, sendo a sala de aula uma delas. A escolha pela Pedagogia foi pela vontade de vivenciar o ambiente escolar e também, por ser a área em que eu mais me identifico, pois desde criança eu brincava de ser professora, sendo este um sonho de longas datas.

Com o intuito de participar com intensidade de todas as etapas do curso e de adquirir experiências que seriam positivas para a formação acadêmica, atuei como bolsista remunerada no Programa Institucional de Iniciação à Docência PIBID-Pedagogia na Unifesspa/Marabá, no período de 2020-2021. A participação no Programa aconteceu de forma remota devido a Pandemia da COVID-19, respeitando o distanciamento social em que a situação exigia. O programa PIBID-Pedagogia me possibilitou estudar e observar o cotidiano escolar, assim como ter leituras e debates de assuntos que permeiam a educação, bem como a ter um olhar mais sensível para o ambiente escolar e a metodologia utilizada em sala de aula.

Nesse sentido, oportunizou refletir sobre o contexto escolar, através dos textos lidos e estudados no decorrer do curso, dos programas e projetos onde tive a chance de adquirir senso crítico e reflexivo em relação a vários assuntos importantes para a sociedade e sua conexão com a educação. E diante de vários assuntos debatidos em sala de aula me deparei com a temática do Ensino de História para a educação básica através das disciplinas História Geral do Brasil e da Amazônia no 2º período de curso e a disciplina Conteúdo e Ensino de História no 6º período do curso, as referidas disciplinas despertaram a necessidade de realizar estudos e pesquisas nesta área, cujo principal objetivo é aprimorar conhecimentos em relação ao Ensino de História, mais especificamente no contexto da ditadura militar (1964-1985) nas salas de aula da educação básica.

Os estudos realizados durante essas disciplinas fizeram refletir sobre como o professor pode tornar as aulas de história mais interessantes e menos expositiva e

conteudista (NADAI, 1992-1993), que propicie ao educando um entendimento crítico sobre o conteúdo abordado, utilizando outras ferramentas pedagógicas além dos livros didáticos (FONSECA, 2014), em que irá despertar a curiosidade e a atenção do aluno com aulas mais dinâmicas e interativas, e fazer com que eles observem outras versões do passado, pois o passado é uma questão de interpretação das pessoas que vivenciaram o período, ou seja, uma disputa de narrativas a partir dos sentidos que atribuímos a ele (HOBSBAWM, 2011).

Em busca de mais conhecimentos, também durante os anos de 2020-2021 atuei como bolsista voluntária no projeto de ensino intitulado “Ouvindo o que vejo, vendo o que ouço, o corpo que fala: Música e dança para surdos na Perspectiva da Educação Inclusiva”, vinculado ao Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica (PAPIM), o qual tinha por finalidade criar um curso de capacitação para professores da educação básica do município de Marabá-PA, bem como para a comunidade interna da Unifesspa que tinham interesse em participar. Assim, tanto os estudos desenvolvidos no projeto quanto a contribuição no curso de capacitação se basearam em trabalhar sobre música e dança para surdos e ouvintes. E foi com este projeto em que pude observar diversas temáticas interessantes para estudar mais detalhadamente em uma futura Pesquisa de TCC, mas o que mais chamou a atenção foi a importância da música para a aprendizagem dos alunos. Além disso, a participação no projeto me possibilitou realizar diversas pesquisas, produções acadêmicas e publicações de trabalhos, fruto do esforço coletivo de todos os bolsistas.

O projeto foi muito enriquecedor para a formação acadêmica, e por este motivo continuei com os estudos vinculado ao programa. No ano seguinte, em 2022 foi ofertada a continuidade dos estudos realizados em 2021, dessa vez foi intitulado “Entrei por uma lado, sai pelo outro, e quem quiser que invente outro: arte e ludicidade na educação de surdos”, vinculado ao Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica (PAPIM), em que me permitiu pesquisar sobre Arte e a Ludicidade no ambiente escolar para alunos surdos e ouvintes, nesse período observei como a arte é indispensável para o processo de ensino-aprendizagem do aluno, em que deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e integrada, ou seja, ao trabalhar com música o professor pode também trabalhar com teatro ou com dança, por exemplo.

Na sequência, ainda no ano de 2022, fui contemplada em participar do Programa intitulado “Cinema e música popular em debate: História (Pública) e Educação no período autoritário (1964-1985)”, no período de 2022-2023 vinculado ao

Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), e me deparei com o que eu queria de fato me aprofundar para estudar e pesquisar para construir meu TCC, justamente por envolver tanto a música quanto o contexto da ditadura militar no ensino de História como já dito anteriormente.

Durante minha participação no Programa com orientação do Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves tive a oportunidade de ter acesso a materiais que abordasse sobre a música e o cinema no contexto autoritário me fez compreender vários aspectos desse período, como a Resistência através da música com canções de nomes como Caetano Veloso (1942 - ?), Chico Buarque (1944 - ?), Gilberto Gil (1942 - ?), Gal Costa (1945 – 2022), dentre outros. Esse período foi marcado pela repressão, censura, tortura e agressões conforme destaca a historiografia do período. Com isso, pude aproveitar os estudos realizados no Programa e relacionar com a produção do TCC, visto que, é um assunto de suma importância para estudo, pois além de ter feito parte da História brasileira recente também traz consequências até os dias atuais.

O presente trabalho integra os estudos vinculados ao programa CINEMA E MÚSICA POPULAR EM DEBATE: HISTÓRIA (PÚBLICA) E EDUCAÇÃO NO PERÍODO AUTORITÁRIO (1964-1985) associado ao Programa Institucional de Bolsas e Extensão (PIBEX), em que tem seus estudos voltados em abordar a cinematografia e a música como ferramenta pedagógica para os alunos da educação básica nas salas regulares de ensino para explorar o período da ditadura militar. Nesse sentido, a pesquisa busca apresentar a importância do uso de documentários durante o ensino de história para contribuir na aprendizagem dos estudantes, ressaltando os benefícios que os documentários podem trazer para o aluno atingir uma educação que saia dos paradigmas tradicionais pautados especificamente pela memorização dos fatos históricos, em que eles terão a oportunidade de observar o passado através das telas em movimento outras óticas do passado para além das apresentadas nos livros didáticos disponibilizados nas escolas. Assim, mostrar o contexto da ditadura militar (1964-1985) em sala de aula através do documentário “Uma noite em 67” e a música como forma de protesto pode construir uma leitura a contrapelo da realidade social e cultural do país em pleno período dos chamados anos de chumbo.

A luz para pesquisar essa temática ocorreu após observar os diversos desafios e dificuldades que os alunos passam no contexto escolar em relação ao ensino de história na educação básica, mais especificamente o contexto da ditadura

militar durante essas aulas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) através do Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos do curso de pedagogia na Unifesspa e disciplinas que permeiam a história brasileira. A temática da ditadura militar brasileira tornou-se uma demanda do nosso tempo após as manifestações de junho de 2013, quando diversos grupos sociais começaram a protestar contra o governo Dilma Rousseff (2010 - 2016) e pautaram a discussão da ditadura militar ocorrida em nosso país, portanto, o nosso trabalho de conclusão de curso é uma temática relevante para ser debatida na sala de aula e fora dela, diante das investidas recentes em querer trazer à tona outras interpretações históricas sobre esse período.

A priori, essa inquietação surgiu após cursar as disciplinas História Geral do Brasil e da Amazônia 2º período e Conteúdo e Ensino de História 6º período, disciplinas obrigatórias do PPC/2018 do curso de Pedagogia na Unifesspa, em que através dos estudos realizados no decorrer das mesmas, refletir sobre as dificuldades dos professores de trabalharem com o ensino de história em sala de aula da educação básica, especialmente no contexto da ditadura militar. A forma como o conteúdo é exposto nas aulas não estimula a opinião crítica do aluno, principalmente em instituições que utilizam somente os livros didáticos como ferramenta pedagógica. De fato, os livros didáticos são de suma importância para aprendizagem do educando, mas a introdução de outros mecanismos intensifica ainda mais a aprendizagem (FONSECA, 2014).

Com isso, este estudo tem como objetivo geral apresentar o uso de documentário como fonte histórica e ao mesmo ser usada como objeto para debater sobre outra ótica o período, e com isso, apresentar durante as aulas de história na Educação de Jovens e Adultos a ditadura militar pela ótica dos sujeitos vistos de baixo, refiro-me à classe artística que através de suas canções pautaram o debate político da época. Espera-se que essa interpretação possa estimular o aluno a observar outras percepções além das apresentadas nos livros didáticos, pois o passado é uma questão de percepção dos indivíduos que vivenciaram esse período, sendo uma disputa de narrativas e de memórias do período autoritário. Dessa forma, o aluno refletirá sobre as diferentes opiniões desse período, além de tornar as aulas mais interessantes para o aluno, pois a utilização de documentários torna as aulas menos mecânicas e mais dinâmicas, pois dão aos alunos a oportunidade de saírem da rotina que eles já têm em relação ao conteúdo de história.

Enquanto os objetivos específicos pretendem-se: a) Pesquisar os historiadores que abordam sobre a ditadura e como relatam os principais acontecimentos deste momento histórico através de suas interpretações e abordagens historiográficas priorizadas; b) Analisar as contribuições que o documentário “Uma Noite em 67” pode trazer em relação ao Ensino de história com diversos enfoques temáticos para abordar em sala de aula relacionando com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com sugestões de como o professor da educação básica pode trabalhar com o documentário ao abordar sobre o regime militar.

Para a constituição dos dados, a pesquisa se desenvolveu com uma abordagem qualitativa em que primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico de textos e artigos que abordam sobre o período autoritário (1964-1985) no Brasil, dialogando com as causas, os efeitos e as consequências para a sociedade brasileira. A busca se baseou em teses, documentos, livros e revistas, cujo objetivo foi de obter embasamento nos argumentos presentes no decorrer desta pesquisa. De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p.17),

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa Minayo (2003, p. 21) aborda a pesquisa qualitativa como a pesquisa que trabalha com os motivos, as causas, as aspirações, as atitudes e as opiniões. E que segundo Cooper e Schindler (2016) compõe uma ramificação de técnicas que procuram descrever o significado do objeto.

Após as pesquisas bibliográficas, dialoga-se sobre o documentário “Uma noite em 67”, objeto de estudo desta pesquisa, analisando os temas apresentados no enredo do documentário e a possibilidade de trabalhá-lo em sala de aula para compreensão do contexto da ditadura militar para os alunos da educação básica brasileira e a música como resistência. Portanto, o cruzamento de fontes sejam elas historiográficas com o documentário Uma noite em 67 possibilitará construir uma narrativa menos factual e mais problematizada sobre o tema da ditadura militar (THOMPSON, 2022, p. 156).

Despertado o interesse em fazer uma pesquisa aprofundada sobre essa temática, articula-se a seguinte questão norteadora: Qual a importância em trabalhar a ditadura militar através do documentário Uma noite em 67 em sala de aula durante as aulas da EJA? Com a finalidade de responder à questão norteadora deste trabalho e atingir os objetivos apresentados, esta pesquisa está organizado da seguinte forma:

No capítulo I, aborda o referencial teórico do tema escolhido para pesquisa, fazendo uma breve contextualização dos estudos que envolvem o tema. Este capítulo é dividido em três etapas: A primeira discorre sobre o contexto da Ditadura Militar nos anos de 1964 até 1985, evidenciando os historiadores que dialogam com o período autoritário, tratando de apresentar de forma breve como aconteceu cada governo dos “cinco presidentes-generais” e os principais acontecimentos, ou seja, esta etapa traz brevemente a historiografia do tema discutido; A segunda etapa retrata a história da educação no período ditatorial trazendo fatos que marcaram a educação brasileira nesse período e a terceira e última etapa deste capítulo irá apresentar o cinema como forma de resistência, assim como a música. Esta etapa se preocupou em detalhar a forma como a população expressava sua revolta com a barbárie que a sociedade enfrentava e como utilizavam essas artes como resistência.

No capítulo II apresenta-se as características do documentário “Uma noite em 67” e as diversas possibilidades de introduzi-lo nas aulas de história na educação básica, bem como outras disciplinas, resultando na interdisciplinaridade. Este capítulo está dividido em duas partes: Na primeira será abordada as impressões pessoais em relação ao conteúdo presente no documentário frutos de uma análise fílmica e na segunda parte apresenta-se as temáticas apresentadas através do documentário, consiste na análise dos dados e nas discussões do trabalho, situando nesse item os detalhes dos resultados, contextualizando os temas que podem ser trabalhados em sala de aula com o documentário “Uma Noite em 67” relacionados com a BNCC, expondo a caracterização dos dados e a exposição das análises.

Logo em seguida apresenta-se as considerações finais, fruto da experiência adquirida através da jornada de estudos para a realização desta pesquisa, das coletas de dados obtidas e catalogadas que foram observadas no decorrer do documentário.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende aproximar o documentário com a sala de aula da EJA, através da relação com a BNCC e trazemos como sugestão um

plano de aula¹. Este trabalho não teve o intuito de realizar uma pesquisa de campo, porém trazemos indicações de como um professor da educação básica pode introduzir o uso de documentário nas aulas de ensino de história, especialmente na temática ditadura militar (1964-1985).

¹ Ver anexo 1

CAPÍTULO I: DITADURA MILITAR, RESISTÊNCIA E CINEMA

Nesta seção, busca-se de maneira sucinta compreender a historiografia da ditadura militar com o intuito de esclarecer o que foi a ditadura e como ocorreu na sociedade brasileira através dos historiadores que dialogam nesta perspectiva, pois é de suma importância relatar o contexto histórico da ditadura militar antes de expor sugestões de como abordá-lo em sala de aula. Primeiramente, aborda-se sobre os principais acontecimentos ocorridos que contribuíram para o golpe de 1964 e também, apresentar brevemente o governo de cada um dos presidentes que tiveram posse da presidência da república no período autoritário, apontando alguns marcos importantes que a população enfrentava, dialogando com cada fase do período autoritário. Nesta pesquisa os principais autores utilizados para construção do trabalho, destacam-se as contribuições do pesquisador brasileiro Skidmore (1988) e do historiador brasileiro Fausto (2009).

Em seguida aborda-se sobre a educação no período ditatorial compreendendo as principais mudanças e consequências, visto que, eram utilizadas como forma de controle pelos militares, cujas aulas se baseiam principalmente em disseminar o conservadorismo, o ultranacionalismo e o moralismo como indispensáveis para a formação do sujeito enquanto cidadão atuante em sociedade. Nesta parte, pretende-se realizar uma reflexão do Ensino de História no Brasil no contexto ditatorial, principalmente as mudanças que ocorreram nesse período, assim como a sua estrutura social e política nesse contexto, destacando os livros didáticos como principais instrumentos para esse controle que os militares tinham com a população. Utiliza-se principalmente as leis educacionais implementadas durante a ditadura militar, que nos dias atuais não estão mais vigentes, mas o objetivo é abordar como era a educação nesse período e as colaborações da pesquisadora Bittencourt (2002).

O capítulo finaliza abordando a importância do gênero musical e cinematográfico para aprendizagem do aluno, exemplificando através das canções a forma de protesto no período ditatorial, colocando ênfase no verso “É preciso estar atento e forte”, e destacando o cinema no contexto da ditadura militar, visto que, utiliza-se o documentário como objeto desta pesquisa. Usamos como referencial teórico Napolitano (2010) e Eduardo Morettin (2018). Assim, evidencia-se os principais desafios e as dificuldades que os artistas passaram nesse período em relação a censura e as perseguições que enfrentavam no âmbito cultural, além disso, mostrar a

possibilidade do uso do cinema e/ou documentário em sala de aula para contribuir com a aprendizagem do educando relacionando com a BNCC e a construção do plano de aula, ou seja, roteiro de aula que pode ser seguido pelo professor que leciona na EJA. Sendo assim, evidencia-se a arte cinematográfica como suporte para os professores abordarem determinados conteúdos em sala de aula contribuindo na ampliação dos conhecimentos acerca das aulas de história, resultando em algo positivo tanto para os alunos quanto para os professores, justamente por disseminar a arte, o senso crítico e a cultura no processo de ensino e aprendizagem e possibilitar ao estudante outras maneiras de observar e refletir sobre o passado no tempo presente. Nesta parte do trabalho destaca-se a análise da canção “Divino Maravilhoso” e as contribuições de Moran (1995).

1.1 Os historiadores que dialogam com a ditadura militar

A Ditadura Militar ocorrida no Brasil em abril de 1964 até março de 1985, foi o período político no qual os militares assumiram o governo do país, em que centralizaram a política com sucessivos governos militares. O período foi um dos mais difíceis para a história brasileira e um dos mais tensos também, em que teve início com um golpe civil-militar, ou seja, em que uma parcela da população apoiou o golpe realizado em março de 1964, contra o então Presidente da República desse período, João Goulart popularmente conhecido como “Jango”. Com esse contexto, os militares assumiram o governo do país com um governo autoritário que era baseado em tortura, silenciamento de diversos grupos sociais, assassinatos, prisões arbitrárias, censura, repressões, restrições aos direitos políticos e perseguição policial aos se mostrarem contra a ditadura militar, todas essas situações adquiridas aconteceram mediante aos Atos Institucionais (AI). Desse modo, ao longo de 21 anos de ditadura, o Brasil teve cinco presidentes com jurisdição no país que comandaram entre 1964-1985 até o retorno da democracia na sociedade brasileira.

Foram os sucessivos governos de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) que constituíram a ditadura militar no Brasil, no qual possuíam o poder do Estado em suas mãos e controlavam a população através dos Atos Institucionais e o rigor das Forças Armadas para com a sociedade.

Dessa forma, de acordo com Fico (2008), a Guerra Fria adquirida após a Segunda Guerra Mundial, em que dois países disputavam a hegemonia mundial foi um fator que contribuiu bastante para a realização do golpe militar de 1964, o mundo vivenciou uma tensão geopolítica, ideológica, econômica, tecnológica e diplomática entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), além da disputa armamentista que ambas enfrentaram no período, em que o mundo estava polarizado, pois de um lado tinha os EUA com o capitalismo e a URSS com o socialismo. Desse modo, temendo que o Brasil aderisse ao socialismo, os EUA foi um dos principais incentivadores para o movimento de golpe militar na América do Sul, incluindo o Brasil, cujo argumento central para a concretização da ditadura militar no país foi o anticomunismo.

O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos para o país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. Desde 1947, boa parte das elites militares e civis, no Brasil, estava alinhada ao mundo "cristão e Ocidental" liderados pelos Estados Unidos contra a suposta "expansão soviética". A partir da Revolução Cubana de 1959, a América Latina era um dos territórios privilegiados da Guerra Fria (NAPOLITANO, 2014, p. 10).

O golpe teve grande apoio popular, tanto da elite brasileira quanto de civis conservadores, e também, da própria imprensa, através de destaques na capa do jornal Correio da Manhã (1964, p. 1) com os seguintes títulos: "BASTA!" em 31 de março de 1964 e "FORA!" em 1º de abril de 1964 que foram publicadas em forma de carta durante a queda do governo João Goulart, evidenciando descontentamento com o governo atuante nessa época. Além disso, uma das instituições que mais apoiou o golpe foi a Igreja Católica, que contribuiu para o golpe civil-militar através do apoio de massas, popularmente intitulado como "Marchas com Deus, pela Família e pela Pátria", que aconteceu no país inteiro, principalmente nas capitais e cidades grandes do Brasil.

De acordo com Fausto (2009, p. 164):

"Cerca de meio milhão de pessoas saíram às ruas em 19 de março de 1964, em São Paulo, como podemos analisar no acervo on-line do jornal A Folha de São Paulo: "Ontem, São Paulo parou. E foi à praça pública - porque "a praça é do povo" - numa mobilização que envolveu meio milhão de homens, mulheres e jovens, também de outros Estados: a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade". (...) Foi a maior manifestação popular já vista em nosso Estado. O repúdio a qualquer tentativa de ultraje à Constituição

Brasileira e a defesa dos princípios, garantias e prerrogativas democráticas constituíram a tônica de todos os discursos e mensagens dirigidos das escadarias da catedral aos brasileiros, no final da passeata”.

O historiador Boris Fausto aborda que essas marchas seriam a principal ferramenta para estimular a base religiosa a apoiar uma narrativa de que o golpe comandado por militares seria a melhor opção para evitar que a sociedade tivesse que se submeter ao comunismo. Portanto, cabe-se também fazer uma reflexão sobre a posição tendenciosa do Jornal A Folha de São Paulo, diga-se conservadora dos protestos em prol dos atos antidemocráticos na cidade paulista, pois, segundo essa fonte jornalística, todo o povo paulista estava representado na praça da cidade.

Nesse sentido, dias após a deposição do então presidente João Goulart, houve a posse do militar Humberto Castelo Branco (1964-1967) eleito pelo Congresso Nacional, assumindo a Presidência da República em 1964 ao lado de seu vice presidente José Maria Alkmin cuja atribuição principal era colocar “ordem” no país com dois principais objetivos: a) restabelecer a ordem na sociedade brasileira que aos olhos dos militares estava desordenada, b) impedir o comunismo no país, sendo inclusive utilizada como justificativa para proteger as instituições militares e a família tradicional brasileira. Com a posse de Castelo Branco, uma das promessas feitas antes do mesmo assumir seria que após dezoito meses de mandato ele fosse devolver o período constitucional e democrático para o país, mas os militares afirmaram que não teriam tempo hábil para concluir todas as reformas planejadas, e que o risco do comunismo ainda estava iminente, o que resultou que seu mandato fosse prorrogado, e conseqüentemente a ditadura militar também, por mais tempo (SKIDMORE, 1988, p. 37).

De acordo com Fausto (2009, p. 465-467) a ditadura militar, a priori, veio com a narrativa de livrar o país do comunismo, porém o novo período político começou a impor Atos Institucionais (AI) para a população, em que eram os decretos determinados pelos militares utilizados como instrumentos de repressão que davam liberdade e autonomia para os militares cometeram ações que iriam contra à constituição brasileira de 1946, era a constituição vigente no país, esse fato ocorreu justamente para obterem controle diante da sociedade. Os primeiros destes atos lançados pelos militares estabeleciam que as eleições para Presidente da República e outros cargos políticos seriam indiretas, ou seja, sem a participação e a opinião da população e definidos pelo congresso nacional.

Cabe-se ressaltar que em 2014 após 50 anos do golpe civil-militar de 1964, os historiadores usaram a imprensa regional para construir novos olhares para o período histórico em questão, por exemplo, nesse contexto foi instalado a Comissão Nacional da Verdade (CNV)² e diferente do que a historiografia tradicional evidenciava as torturas, os assassinatos e desaparecimentos de políticos e de civis começaram a ocorrer nos primeiros meses de 1964, portanto, acaba colocando a tese de que o período de repressão e tortura foi somente de 1968 a 1977, que ficou conhecido como o famoso anos de chumbo.

Ainda durante o governo de Castelo Branco no período militar, algumas instituições que foram favoráveis ao golpe, como por exemplo a imprensa e a igreja católica, começaram a fazer diversas críticas à ditadura militar, pois começaram a perceber a extrema autoridade dos militares. Nesse sentido, ao observar toda a situação, diversos políticos de oposição começaram a fazer campanhas como candidatos para a presidência, pois queriam aproveitar o momento de apreensão que a sociedade estava passando para se autopromover com o apoio popular em campanhas diante do autoritarismo. Dessa forma, ao observar toda a movimentação da oposição e evitar futuras derrotas eleitorais, os militares lançaram o segundo Ato Institucional AI-2 em que colocaram fim ao pluripartidarismo, ou seja, os militares que assumiram o poder em 64 passaram a ter livre arbítrio para exonerar os partidos políticos e erradicar mandatos, além de conquistar legitimidade para organizar eleições indiretas para presidente da República e outros cargos públicos. Nesse período se constituiu o bipartidarismo com apenas dois partidos existentes: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que apoiava os militares e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era a oposição (SKIDMORE, 1988, p. 89 - 90).

Após o fim do mandato de Castelo Branco, houve início do governo de Artur Costa e Silva (1967-1969), do qual iniciou o período popularmente conhecido como Anos de Chumbo que se estendeu até o governo de Médici. Ele assumiu a Presidência em 1967 com o seu vice-presidente Pedro Aleixo, após ter o seu nome indicado pelas forças armadas e pelo congresso nacional. Na mesma data de sua posse, a nova constituição brasileira entra em vigência, ou seja, a Constituição Federal de 1967

² Foi criada no dia 18 de novembro de 2011 durante a gestão da presidente Dilma Rousseff no âmbito da presidência da República a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

estabelecendo em seu artigo 173 a continuidade da permanência dos Atos Institucionais, bem como outros mecanismos de controle por parte dos militares (BRASIL, 1967).

Durante seu governo ele não apresentava nenhuma possibilidade de abertura política tampouco retorno à democracia no país, pelo contrário, os militares de 64 defendiam um rigor com mais intensificação durante a ditadura, conhecido como período "linha dura". Nesse momento se intensificaram as perseguições, os assassinatos e as agressões, que resultou em aumento considerável nos protestos em todo o Brasil, com confronto entre as forças armadas e aqueles que eram contra a ditadura militar, os principais afetados por essa intensificação de perseguição eram professores e discentes de Universidades, imprensa, artistas, militantes que defendiam a esquerda, manifestantes que eram a favor ao comunismo, esses que eram constantemente atacados. Os militares além disso, também controlavam os veículos de comunicação e o âmbito cultural, como o cinema e as músicas, pois existiam os avaliadores da censura que analisava o que poderia ou não ser divulgado e disseminado nas mídias, em que havia cortes em trechos de filme e o veto de várias obras para não serem divulgadas ou expostas. Nesse sentido, vários artistas, jornalistas e cineastas sofriam com o exílio, prisões e sequestro para interrogatório, invasão em teatros, entre outros. Havia nesse período a Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal que se instalava em locais onde eram produzidos jornais, controlando as matérias que passavam, tudo que era produzido devia passar pela opinião do Estado, se era válido ou não, se iria ou não prejudicar o governo militar. Nesse período a mídia não tinha liberdade de expressão, tampouco de manifestar sua indignação (ANAZ, 2019).

No ano 1968 houve as manifestações estudantis, que reivindicaram contra a privatização do ensino público e expuseram a revolta com a falta de verbas para educação. O movimento chamou muita atenção, principalmente após a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro provocada em confronto com a polícia militar durante uma destas manifestações. Nesse período houve um aumento nas reivindicações contra o período autoritário por conta da revolta com toda situação calamitosa, houve a passeata dos cem mil, ocorrida no Rio de Janeiro com pessoas que eram opostas à ditadura militar. Com isso, a relação entre militares e a população tornou-se ainda mais tensa e conflituosa, pois o governo proibiu a frente ampla, em que se tornou ilegal as manifestações e reuniões da oposição. O ápice nesse período

foi o confronto dentro da própria sociedade, pois uma parcela da população era contra a ditadura militar e outra parcela a favor, gerando heterogeneização ao país, e divergências de opiniões no próprio interior da sociedade (HEYNEMANN, 2009, p. 22).

A saída de Costa e Silva da presidência da república do Brasil aconteceu devido a um problema de saúde, que resultou na impossibilidade de exercer suas atribuições e ações como presidente. Nesse sentido, o militar Emílio Médici sucede a Costa e Silva na Presidência juntamente com o seu vice-presidente Augusto Rademaker, em que deram continuidade a ditadura militar e também à linha dura com ordens dos ministros militares, contrariando a regra constitucional que apontava o vice-presidente como substituto nesse tipo de caso, que seria o então vice de Costa e Silva, Pedro Aleixo, mas como ele se mostrava contra o AI-5 então na visão militar, ele jamais poderia assumir a presidência da república, haja vista que não era a favor do AI-5 (HEYNEMANN, 2009, p. 27).

De acordo com Fausto (2009) até o ano de 1969 o órgão responsável pela utilização de tortura como forma de controle e de extração de informações sobre a oposição pelos militares era o Centro de informação da Marinha (Cenimar), a partir desse período foi estabelecido a Operação Bandeirantes (OBAN), que deu origem ao Destacamento de Operações e Informações (DOI) e ao Centro de Operações da Defesa Interna (COI), que inclusive as pessoas chamavam de "DOI-COI". Diante do exposto, estes órgãos se estabeleceram no país para utilizar a tortura como controle, foram criados após a oficialização da OBAN que usavam esses órgãos em nome da Segurança Nacional, mas que na verdade, tinha objetivo extrair informações sobre aqueles que eram contra a ditadura militar e de controlar e penalizar as pessoas que não eram de acordo com o governo.

Médici governou o Brasil (1969-1974) cujo governo foi historicamente denominado como "Anos de Chumbo" pois foi considerado o período mais repressivo da ditadura militar, em que houve intensificação das ações dos militares voltadas para a censura e violência, foi o auge da repressão, que resultou em pessoas desaparecidas, mortas ou torturadas. Além disso, o seu governo também se considera "Anos de Ouro" para a ditadura, haja vista, que também foi marcado com um crescimento considerável da economia, que ficou conhecido como "Milagre Econômico" (REIS et al, 2014).

Nesse período a repressão à imprensa foi intensa e preocupante, eram proibidos de denunciar o descaso que o país vivenciava através dos veículos de comunicação para a população, pelo contrário, no governo de Médici observa-se o uso massivo e expressivo dos meios de comunicação para disseminar e propagar uma visão positiva sobre a ditadura militar, houve a utilização da imprensa para fazer propagandas positivas ao governo, as campanhas publicitárias utilizavam cartazes, imagens e adesivos defendendo o sentimento nacionalista, eles mostravam um “mar de rosas” que o Brasil passava que influenciava alguns a acreditar, mas que mascarava a realidade do silenciamento de diversos grupos sociais que eram contra a ditadura militar, assim, a sociedade seguia impossibilitada de expressar o descontentamento com o governo.

Através da conquista do Brasil com o tricampeonato da Copa do Mundo de 1970 no México, foi utilizada pelas autoridades oficiais como propaganda do governo. Desse modo, Médici utilizou os jogos para aflorar o sentimento nacionalista da população e também para se mostrar um presidente torcedor pela sua pátria, atribuindo o papel de cidadão comum aparecendo em jornais e na televisão torcendo e vibrando pela vitória do seu país. Em síntese, ele apropriou a Copa para construir uma imagem de nação ultranacionalista, assim, disseminou os seguintes slogans: “Brasil ame ou deixe-o”, “Ninguém segura este país”; tendo como base central o futebol. Conforme a seleção Brasileira vence a Copa do Mundo também se consagrava a ditadura militar propagando a narrativa de um Brasil desenvolvido, ou seja, a construção de um Brasil potência (MAGALHÃES, 2011, p. 03-05).

No governo de Médici houve um considerável crescimento econômico no país, historicamente conhecido como “Milagre Econômico” ocorrido no país entre os anos de 1969 e 1973. Esse período foi caracterizado por um acelerado crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) que chegava em média 11,2% por ano e a inflação não passava dos 18%, o que resultou no aumento da possibilidade de emprego, expansão das grandes empresas do país e no nível de inflação baixa. Mas, na verdade, atrás de todo esse desenvolvimento e essa prosperidade, houve um rombo de endividamento no país devido aos empréstimos externos com outros países, isso contribuiu para o crescimento no aumento da concentração de renda, exploração da mão de obra e a corrupção, bem como as dívidas do país (FAUSTO, 2009, p. 485).

Ainda segundo o autor, foi nesse período que houve grandes investimentos do governo que passavam a impressão de modernização, passava para a sociedade

aparentemente uma imagem de um “Brasil desenvolvido”, “Brasil potência” através de iniciativa de diversas obras, como por exemplo a Transamazônica e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, em que se passava a impressão que o Brasil estava evoluindo gradativamente (FAUSTO, 2009, p. 487).

Com o fim do mandato de Médici, os militares que assumiram o poder em 1964 se organizaram novamente para sugerir e escolher o próximo presidente. E desse modo, o militar Ernesto Geisel junto com seu vice, Adalberto Pereira dos Santos, assumiram a presidência da república. Diante disso, foi durante seu governo em que houve o processo lento de abertura política do país, pois em seu governo ele não fazia jus a linha dura, ele pertencia à linha moderada da ditadura militar, foi nesse período que se estabeleceu a transição “lenta, gradual e segura” para a democracia, como já dito pelo próprio presidente do período, para assegurar o liberalismo no país. O período era extremamente delicado e preocupante, haja vista que o então “milagre econômico” começava a mostrar sinais de enfraquecimento e de problemas para a economia brasileira. As contradições sociais e econômicas implementadas pela ditadura militar ficaram cada vez mais evidentes. Logo no início de mandato, liberou a propaganda política da oposição MDB e introduziu a abolição da censura à imprensa, e aos poucos a ditadura militar deixou de controlar a população. O AI-5 foi abolido no dia 13 de outubro de 1978 durante o governo de Geisel que revogou todos os atos institucionais e complementares que fossem contra à constituição federal.

O governo Geisel foi marcado, desde seu início, pelo processo denominado pelo próprio presidente como de *distensão lenta, gradual e segura*, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. O binômio desenvolvimento e segurança, formulado pela ESG, foi mantido durante seu governo, caracterizado pela convivência entre uma política de tendência liberalizante e a atuação dos órgãos de segurança implantados após o golpe militar de 1964 (HEYNEMANN, 2009, p. 38).

Segundo Skidmore (1988), o general Ernesto Geisel possuía bastante experiência em sua carreira profissional, pois antes de assumir a presidência, ele já havia trabalhado em diversos cargos públicos e estava presente nas forças armadas desde o início da ditadura militar no governo, ou seja, ele observou todas as crises políticas e militares que o país vivenciou.

Foi durante o governo de Geisel (1974-1979) que o país começou a vivenciar a transição da ditadura militar para o período de redemocratização. Um dos exemplos da proposta de abertura política proposta por Geisel foi logo nas eleições de 1974, em

que os militares permitiram a realização de propaganda eleitoral, que até então era proibida através do AI-5. Com essa possibilidade, o MDB lançou como candidatos: Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho como concorrentes do candidato da ARENA partido controlado pelos militares, mesmo eles sabendo que dificilmente iriam ganhar e assumir a presidência do país com as eleições indiretas, pois os militares que assumiram o comando do país possuíam majoritariamente o apoio dos que compõem o congresso nacional, mas mesmo assim usaram esse espaço para expor as falhas da ditadura militar e a opressão presentes nos sucessivos governos militares. O governo de Ernesto Geisel necessitava expor o avanço das oposições com redemocratização, pois estavam tendo que lidar com as crises da ditadura e escancarando as imperfeições do governo (SKIDMORE, 1988, p. 278 - 279).

Ainda segundo o historiador Thomas Skidmore foi no governo de Geisel que aconteceu a proibição da utilização de tortura como forma de controle aos presos políticos e aos presos civis, sendo este um importante passo para o fim da ditadura militar, mas ainda existiam militares que defendiam a “linha dura”, ou seja, o rigor das forças armadas contra aqueles que se opunha à ditadura militar. Em contrapelo ao que apresentava ser algo revolucionário para o país, Geisel teve que lidar com o acontecimento escandaloso provocado pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog provocado pelos militares, e do operário Manuel Fiel Filho nas mesmas condições que o jornalista, em que ambos estavam sob custódia no DOI-CODI. Com isso, o presidente respondeu a essa barbárie exonerando o cargo do general Ednardo D’Ávila, que estava relacionado ao fato, causando aborrecimento a uma considerável parcela das forças armadas do Exército, principalmente aos que defendiam a linha dura, pois isso interpreta-se como uma derrota para aqueles que eram a favor da repressão e da tortura (SKIDMORE, 1988, p. 291 - 294).

Apesar de todas os avanços para a democracia, no governo de Ernesto Geisel foi elaborada e implementada a Lei Falcão, que impedia o uso de campanhas eleitorais nos veículos de comunicação como a Tv e o rádio, no qual proibia os aparecimentos dos candidatos nesses meios de comunicação para fazerem suas propagandas e disseminar suas propostas presidenciais, esse fato contribuiu para que os mandatos dos presidentes militares durassem por mais tempo, visto que, a oposição não tinha chances para campanhas eleitorais. Mas, somente a Lei Falcão não seria suficiente para impedir que o MDB crescesse nas próximas eleições tanto na opinião popular quanto no Congresso. Nesse mesmo sentido, o governo precisava

criar outras estratégias para manter o controle em relação às eleições para impedir derrotas eleitorais, então em 1977 houve outra situação intrigante, o governo utilizou o chamado “Pacote de Abril” para garantir que a ditadura militar ainda permanecesse no governo e para manter o controle do retorno da democracia de forma “lenta, gradual e segura”, como eles desde o início apoiavam (FAUSTO, 2009, p. 492 - 493).

Assim, sobre o pacote de abril destaca que:

Este “pacote” incluiu a emenda constitucional de reforma do Judiciário que fora rejeitada pelo Congresso. Mas as medidas mais importantes para garantir a manutenção do controle sob o processo de abertura foram as que alteraram o sistema eleitoral. As eleições para governadores passaram a ser indiretas [...], a representação de cada estado na Câmara de Deputados deixou de ser proporcional ao eleitorado e passou a ser proporcional à população [...], o mandato presidencial do sucessor de Geisel passou a ser de 6 anos [...]. A Lei Falcão passou a valer para todas as eleições, municipais, estaduais e federais (SILVA, 2001, p. 88).

Nesse sentido, estas medidas feitas pelos militares seriam para controlar as eleições e evitar o crescimento da popularidade do MDB na sociedade brasileira e no congresso. Desse modo, essas estratégias criadas para garantir o controle das eleições funcionaram, pois realmente serviram para que a ARENA obtivesse maior apoio do congresso nas próximas eleições. As mudanças presentes nas regras eleitorais através do “pacote de abril” e da Lei Falcão beneficiou a ARENA, como já previsto pelo MDB, pois ela conseguiu manter a maioria tanto no Senado quanto na Câmara, mas essas medidas não foram capazes de impedir a tendência de crescimento do MDB que se evidenciaram com os resultados das eleições, em que mesmo diante destas situações criadas pelos militares, conseguiram espaço no Senado e na Câmara dos Deputados (SKIDMORE, 1988, p. 307 - 310).

Após o término do mandato de Geisel, o general João Batista de Oliveira Figueiredo tomou posse da Presidência da República (1979-1985), foi eleito pelo Colégio Eleitoral como candidato da ARENA, sendo o último presidente a governar durante a ditadura militar ao lado de seu vice, Aureliano Chaves, e em 1979 assumiu a jurisdição do país com a promessa de continuar com a abertura política iniciada por Geisel, em que foi determinada a volta de brasileiros que tinham sido exilados, abolição aos atos institucionais e a liberdade de expressão e de opinião da imprensa (NAPOLITANO, 2014, p. 296).

“Geisel, ao assumir a presidência da república, já tinha seu candidato à sua sucessão. Era o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, a quem nomeara Chefe

do Serviço Nacional de Informações – SNI, no início de seu mandato” (ANDRADE, 2013, p.158).

Durante o governo de Figueiredo foi aprovada e implementada a Lei da Anistia em 1979, cuja lei se baseia no "perdão" do Poder Legislativo aos crimes de natureza política, ou seja, aqueles que cometeram crimes hediondos ou crimes que não competem a política, seguiram sendo julgados normalmente. Com essa lei, que foi sancionada em 28 de agosto de 1979 houve a possibilidade de retorno dos acusados de crimes políticos de 1961 a 1979, muitas pessoas foram favorecidas com esta lei, em que se destacam: exilados, militares e professores, exceto aqueles que cometeram crimes de resistência armada, assassinatos e terrorismo, como já mencionado, este fato contribuiu para o aumento da popularidade do então presidente desse período, João Figueiredo (SKIDMORE, 1988, p. 365).

Nesse sentido, a Lei da Anistia nº 6.683 nesse período concebia:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.

Ainda no governo de Figueiredo houve o fim do bipartidarismo no Brasil iniciado durante a ditadura militar com o AI-2. Nesse sentido, a ARENA, partido comandado pelos militares, necessitava criar soluções com o objetivo de evitar derrotas futuras nas eleições, visto que a oposição do MDB crescia exponencialmente. Dessa forma, dissolveram o sistema bipartidário, e permitiu-se a criação e a permanência de diversos partidos de “oposição”, pois assim os eleitores se dividiam, e não se concentrariam apenas no MDB. Esta atitude foi idealizada e realizada pois o risco da derrota era próximo, e que de fato funcionou, pois posteriormente surgiram outros partidos como: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Após a aprovação desta ação, a ARENA foi renomeada como Partido Democrático Social (PDS) e o MDB como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (Skidmore, 1988, p. 367-369).

Com a aniquilação do AI-5, a aprovação da Lei da anistia no qual permitiu que os brasileiros exilados voltassem para o país e o fim do bipartidarismo no Brasil, no qual foi substituído pelo pluripartidarismo, houve também o movimento “Diretas Já”,

em que diversas pessoas foram para as ruas reivindicar por eleições diretas, foi um movimento pró-democrata. Logo, o movimento mobilizou o país inteiro, a população já não aguentava as atrocidades da ditadura militar, e principalmente a exclusão dos civis nas decisões políticas e sociais, eles exigiam o direito do voto e a participação da população na escolha para presidente e outras entidades. Porém a campanha pelas “Diretas Já” não mudou a política que o país passava, pois os militares não queriam perder as eleições, e como nas eleições indiretas eles possuíam mais chances de ganhar, pois possuíam domínio no Congresso, haja vista que tinham maioria dos votos do colégio eleitoral, então jamais iriam concordar com esse cenário (NAPOLITANO, 2014, 509-510).

Apesar de todas as tentativas do governo em permanecer no poder, não foram suficientes para impedir a chegada da oposição na presidência. Com isso, as eleições presidenciais de 1985 pelo Congresso Nacional nomeou Tancredo de Almeida Neves e o seu vice, José Sarney de Araújo Ribamar, presidentes eleitos para assumir a jurisdição do país, que ultrapassaram o concorrente Maluf do PDS por 480 votos a 180 (FAUSTO, 2009, p. 512). Portanto, o governo militar ainda pretendia assumir o governo por mais alguns anos, mas tiveram que sair antes do previsto. A população finalmente, após 21 anos de ditadura militar, podia finalmente comemorar pela vitória da democracia, dos direitos civis e políticos e do fim de um período repressivo e controlador.

Nesse sentido, todos esperavam ansiosamente pela transição da ditadura militar para o período democrático, mas infelizmente Tancredo teve que ser hospitalizado às pressas antes de sua posse, pois estava com complicações na saúde. Desse modo, o seu vice, Sarney tomou a posse no lugar do presidente que foi eleito neste ano. O país aguardava por notícias otimistas em relação a saúde de Tancredo Neves, porém não aconteceu e ele veio a falecer no dia 21 de abril do mesmo ano, e várias pessoas foram às ruas acompanhar o corpo até o enterro, o país sofria, pois além da situação ter sido uma perda dolorosa por causa de todo o contexto que passavam, também o Brasil vinha a perder uma das figuras mais importantes para a política brasileira (FAUSTO, 2009, 514 - 515).

Portanto, a ditadura militar (1964-1985) foi historicamente marcado pela repressão, censura, violência, assassinatos e/ou tortura contra aqueles que se opunham à ditadura militar, a suspensão dos direitos políticos e pelo controle que os militares tiveram através dos Atos Institucionais com a sociedade, principalmente em

relação a educação, cultura e a imprensa, utilizavam o rigor das forças armadas com a justificativa que seria pela Segurança Nacional, para combater o comunismo no Brasil. Durante 21 anos a sociedade brasileira vivenciou os momentos mais tensos da história, mas que puderam conquistar novamente com o retorno dos presidentes civis.

1.2 A Educação brasileira e o ensino de história no período ditatorial

A trajetória do ensino de História no Brasil enfrentou diversas dificuldades e desafios em 1964, bem como as políticas de ensino implementadas pela ditadura militar no âmbito educacional durante o período ditatorial, foram políticas públicas utilizadas como forma de controle do Estado com a população, provocando diversas mudanças para a sociedade, criando novas configurações sociais e padrões de comportamento a serem seguidos. Com isso, a educação foi utilizada como forma de controle pelos militares, pois reforçava a ideologia política nas escolas com foco no nacionalismo e no civismo. Nesse sentido, o ensino de História ficou comprometido nesse período, pois teve que submeter a ficar menos crítica e mais focada no patriotismo e nos “bons costumes” do cidadão.

O programa curricular imposto durante o Regime Militar, com a Reforma do Ensino de 1971, impunha um Ensino diretivo, acrítico, no qual a História aparecia como uma sucessão linear de fatos considerados significativos, predominantemente políticos e militares, com destaque para os “grandes nomes”, os espíritos positivos que conduzem a História (LIMA E FONSECA, 2007, p.55)

Com a implementação da ditadura militar em 1964, as pessoas que tinham maior criticidade e senso de reflexão como por exemplo, intelectuais, estudiosos e professores passaram a sofrer diversas perseguições pela ditadura militar. Nesse sentido, os professores da disciplina de História enfrentaram várias dificuldades para ministrar aula em sua disciplina, já que os conteúdos expostos nas aulas eram relacionados a política do país, eles querendo ou não, era o que deveria ser passado nas escolas. Diante disso, os professores que lecionam o ensino de história eram denominados como principais colaboradores para a proposta educacional que os militares desejavam alcançar através da ditadura militar, pois mediam o ensino nas salas de aula. Desse modo, tiveram que observar a disciplina de história sendo substituídas por outras, como Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) que contribuíram

para o governo ter mais controle relacionados aos conteúdos do currículo escolar e universitário.

Durante a Ditadura militar a disciplina Educação Moral e Cívica passou a ser obrigatória em todos os graus e modalidades de ensino (BRASIL, Lei nº 869/69). Ainda através desta lei foram implementadas:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à comunidade e à família, buscando-se o fortalecimento desta como núcleo natural e fundamental da sociedade, a preparação para o casamento e a preservação do vínculo que o constitui (Redação dada pela Lei no 6.660, de 1979);
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítico-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BRASIL, 1969).

Ao fazer uma breve análise sobre esta lei implementada durante a ditadura militar, pode-se observar como o governo militar buscava formar o sujeito de acordo com as tradições tradicionais da sociedade. As leis educacionais nesse período eram criadas para estereotipar padrões que se encaixassem no modelo social proposto pela ditadura militar, do qual almejavam que os jovens seguissem. Nesse sentido, os cidadãos que estavam sendo formados se restringiam ao ensino tecnicista e voltado para a qualificação profissional com o zelo dos “bons costumes” da família tradicional.

O ensino de história, bem como outras disciplinas durante a ditadura militar, era marcado pela utilização dos livros didáticos como principal base para a construção do conhecimento, inclusive em algumas instituições era a única fonte de ensino. O livro didático nesse período se torna um depósito de conteúdos em que o professor se torna um mediador da aprendizagem depositando conhecimento aos alunos e assim, condiciona o ensino somente aquela ferramenta pedagógica, sem muitas possibilidades e opções para outros recursos didáticos e também, serviu para

padronizar e universalizar o conteúdo passado pelos professores como forma de prevenção para que eles não saíssem da narrativa imposta pelos militares. Posteriormente, após a ditadura militar, os livros didáticos lançados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) evidenciam somente a perspectiva política e econômica referente ao tema da ditadura militar. Nesse aspecto, as questões culturais ficaram relegadas para segundo plano dentro do debate histórico escolar ocorrido dentro dos espaços de ensino-aprendizagem.

Segundo Bittencourt (2002), os livros didáticos passam por diversas modificações para serem produzidos, pois abrange contribuições e depoimentos de diversos sujeitos com o intuito de contextualizar o assunto abordado nos livros didáticos de cada grade curricular conforme a série. Dessa forma, no período ditatorial os livros eram utilizados como principal forma de controle nas escolas pelos militares, bem como para a educação de forma geral, pois eram utilizados como instrumento ideológico do governo, pois eles podiam elaborar materiais que fossem de acordo com o que eles queriam que os alunos vissem e aprendessem. Era cômodo para o governo que a escola não pudesse ter tantas ferramentas pedagógicas, assim, visto que os professores ficavam à mercê aos currículos escolares controlados e elaborados pelo Estado.

Portanto, a educação no período ditatorial era vigiada pelos militares e eles tinham o objetivo de controlar os assuntos discutidos em sala de aula. Desse modo, o que os professores passavam e como passavam tinha que seguir um modelo instruído pelo Estado, com foco nos princípios conservadores e poucos liberais, cujo objetivo do ensino de história nesse período se baseia em formar “bons cidadãos” que seguissem a política repressiva da ditadura, cujo princípio orientador era de encaminhar a sociedade de acordo com a moralidade e o civismo. Com isso, as disciplinas OSPB e Educação Moral e Cívica representaram instrumento de disseminação da ideologia política e social motivada através da ditadura militar. A escola tinha como finalidade aprimorar o caráter do educando com dedicação à Pátria, ao moralismo e à qualificação profissional.

1.3 Cinema e ditadura militar

Durante o período ditatorial existiu resistência através de diversos grupos sociais, houve resistência política com passeatas, manifestações na imprensa, músicas com mensagens subliminares denunciando a repressão da ditadura militar,

resistência armada com pessoas revoltadas com a situação que o país vivenciava, guerrilhas, canções e filmes com mensagens de protesto, que faziam crítica à política nas entrelinhas, visto que, tinham que lidar com censura. Portanto, foi um momento muito complexo, em que houve uma aflição permanente na sociedade, que contém efeitos colaterais até os dias atuais.

Os recursos audiovisuais podem ser utilizados para compreender o passado, o cinema e o documentário destacam-se no âmbito cinematográfico, pois utilizam a memória de determinado período para articular e demonstrar os fatos através das telas, com personagens e cenas que remetem ao acontecimento.

Diferentemente de outras artes, em que o referente é descrito, reconstruído por um artista no cinema, o referente coincide com a representação. Com isso, tem-se a ilusão de que a construção do objeto do discurso não partiu da imaginação de alguém. O que está representado é o próprio real; produz-se, assim, uma ilusão referencial chamada efeito de real: a narrativa cinematográfica parece não descrever o real, mas sim apreendê-lo para apresentá-lo, intacto (ROSSINI, 1999, p. 51).

Neste caso, especificamente trata-se do contexto da ditadura militar de 1964-1985 no Brasil, expondo o silenciamento que os artistas passaram nesse período. Desse modo, sabe-se que a memória é o resultado de conflitos e experiências que as pessoas vivenciaram de maneira individual e/ou coletiva, em que construíram a história desse período. Na sociedade brasileira a cultura da memória, que inclui entrevistas, reportagens e depoimentos, reconstrói os acontecimentos, seja ela musical ou cinematográfica, para melhor compreensão do passado.

Uma canção que exemplifica o uso da música como forma de protesto, de expressão e de denúncia pelos artistas é a canção “Divino Maravilhoso” de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

DIVINO MARAVILHOSO

(Caetano Veloso e Gilberto Gil)

Atenção

Ao dobrar uma esquina

Uma alegria

Atenção, menina

Você vem

Quantos anos você tem?

Atenção
Precisa ter olhos firmes
Pra este sol
Para esta escuridão

Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte

Atenção
Para a estrofe, para o refrão
Pro palavrão
Para a palavra de ordem

Atenção
Para o samba exaltação
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte

Atenção
Para as janelas no alto Atenção
Ao pisar no asfalto manguete Atenção
Para o sangue sobre o chão

É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte
 É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte

Atenção
 Tudo é perigoso
 Tudo é divino maravilhoso
 Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte
 É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte

Esta canção “Divino Maravilhoso”³ exemplifica a forma como os compositores e os músicos produziam e cantavam as músicas sem que os militares percebessem as mensagens de protesto, pois retrata em seus versos a denúncia contra a ditadura militar implementado no país, e também, a expressão de descontentamento nas entrelinhas dos artistas expondo o desapontamento com o governo. Desse modo, ao fazer uma breve análise da letra da canção pode-se observar algumas citações pertinentes nos versos que compõem a canção, como por exemplo: “É preciso estar atento e forte/Atenção/tudo é perigoso”. Nestes versos interpreta-se a referência que a composição faz ao período da ditadura militar, remetendo à repressão que as pessoas passavam e agindo como forma de alerta para a sociedade, para não confiar e sempre se atentar aos acontecimentos relacionados ao governo.

A priori, esta canção não passa a impressão de denúncia, pois isso acontece mediante a mensagens subliminares, tanto que, no período da ditadura militar eram lançadas sem os militares perceber tais mensagens, viam apenas uma característica de uma canção comum, aparentemente sem muita relevância. Porém, apresenta-se com um intuito de protesto, e para entender é preciso analisá-la criticamente.

Nesse período havia a influência do programa de televisão Jovem Guarda⁴ exibido pela Tv Record. A Jovem Guarda surgiu em meados de 1960 tendo como

³ Disponível em: <https://youtu.be/mB0ubulCAYM> - Canção cantada por Gal Costa.

⁴ Programa de televisão e movimento cultural estreado em 1965.

principal líder o artista Roberto Carlos, o programa foi criado com intuito de conquistar maior audiência em relação a outras emissoras. Desse modo, superou expectativas e foi além que simplesmente um programa televisivo em horário nobre, pois conquistou um marco histórico para a cultura musical do país, em que trouxe ressignificação em relação a estética da música popular brasileira com a utilização das guitarras elétricas. Desse modo, este movimento durou até o fim da mesma década, após a saída de Roberto Carlos o movimento foi perdendo força.

"As influências da Jovem Guarda no cotidiano dos jovens brasileiros desse período podem ser ilustrativas da forte influência e poder da mídia televisiva: a divulgação de estilos de vida – maneiras de se vestir, falar, pensar e agir – através da indústria cultural ganha força a partir da introdução e expansão da televisão, que trouxe para perto do público a imagem de seus ídolos, mostrando suas roupas, corte de cabelo e maneiras de se comportar, influenciando grande parte da juventude brasileira da década de 1960" OLIVEIRA (2009, pág. 7).

Posteriormente, surgiu o movimento tropicalista na sociedade brasileira, principalmente após III Festival da Música Popular Brasileira com as apresentações de Caetano Veloso e Gilberto Gil juntamente com os mutantes, cantando as músicas "Alegria, Alegria" e "Domingo no parque" em que apresentaram uma nova estética musical.

"As produções musicais tropicalistas misturavam rock, bossa nova, samba, bolero, entre outros estilos, o que chamavam de som universal. Para essa novidade, apostaram em guitarras elétricas e outros instrumentos. Porém, no início, a juventude, que se encontrava no centro do processo, criticou e repreendeu as canções, causando uma imensa polêmica, já que as influências estrangeiras, antes repudiadas [...], como tudo que é novo causa estranhamento e leva tempo para se conhecer e acostumar-se, foi o que aconteceu" MENDES e SOUSA (2017, pág. 4).

Além dessas transformações, o movimento tropicalista surgiu durante o regime militar, então também teve finalidades relacionadas à crítica social na estrutura de suas letras, ligados à política e ao meio social, em que teve seu fim marcado historicamente pelo exílio de Gilberto Gil e Caetano Veloso em 1968.

Dessa forma, assim como a música o cinema também possui uma rede de significados simbólicos, através das narrativas expostas nas telas, apresenta-se como elemento de extrema importância para a construção, produção e circulação de novos estilos, com novas indagações sobre a realidade atual, a realidade do passado e sobre o mundo. Desse modo, resulta em um fator estruturante para uma nova configuração social, que influencia na elaboração de identidade e memória social.

Segundo Moran (1995), é possível perceber que os recursos audiovisuais possuem uma grande influência no que se refere ao prazer, ao lazer, ao entretenimento e à instituição educativa, pois colabora para aquisição de saberes. Nesse sentido, se torna um combo completo para atingir uma educação completa.

O historiador Eduardo Morettin (2018) fez uma reflexão sobre o cinema brasileiro e os filmes históricos durante a ditadura militar, destacando o papel do historiador na análise dessa fonte histórica, com isso, evidencia o papel assumido pelo Estado na produção cinematográfica que olhasse mais especificamente determinados temas em torno deste período histórico, houve a criação de um mercado interno para divulgar o cinema brasileiro (MORETTIN, 2018, p. 16).

Por outro lado, foi evidenciado como espaço de circulação de projetos de Brasil, de ideias dos cineastas ligadas ao Estado, a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC) tendo a finalidade de dar visibilidade a produção cinematográfica pré-ditadura militar, o referido instituto estava assim subordinado ao Ministério da Educação em 1966 (MORETTIN, 2018, p. 16). Foi somente a partir da Empresa Brasileira de Filmes S/A (EMBRAFILMES) em 1969 que a produção cinematográfica ganha novos ares, com a divulgação no exterior da produção cinematográfica pensada e financiada pela ditadura militar brasileira (AMANCIO, 2000, p. 23).

O ministro da educação Jarbas Passarinho (1969 – 1972), por exemplo, durante os anos 70 século XX, publicou um artigo na revista Filme e Cultura, sendo financiada pelo INC, neste documento ele afirma a importância do cinema brasileiro que tinha como finalidade principal contribuir “de maneira decisiva para que o nosso povo tome conhecimento de nossos heróis e episódios que fizeram o país” (PASSARINHO, 1971, p. 1). Fica claro a lógica interna da ditadura militar de construir ao seu modo a relação ditadura militar por meio do cinema brasileiro com a educação. O retorno das disciplinas cívico-nacionalistas como mencionadas ao longo deste trabalho precisavam de suporte didático-pedagógico e caberia ao Estado pensar nessa relação pedagógica também pela fala do ministro da educação, quando priorizava uma história pautada nos personagens, eventos e fatos que produziam efeitos de sentido para os militares no poder de 64 em sala de aula, e com isso, afastar do espaço de sala de aula a chamada história-problema⁵.

⁵ A história-problema foi um conceito elaborado pelo historiador francês Marc Bloch para pensar a história como problema no sentido de desnaturalizar a escrita da história como relato de ocorrências dotadas de uma objetividade externa ao pesquisador (BLOCH, 2009, p. 42).

Por que estamos mostrando os dois lados da mesma moeda? Se de um lado a ditadura tentava se legitimar durante a década de 60 do século XX, o inverso ocorreu com a produção cinematográfica e os diversos festivais que faziam a crítica social no calor da hora das ações dos militares que assumiram o poder no Brasil em 64. Não se pode deixar de construir uma leitura social da ditadura militar brasileira a contrapelo, como diz o historiador alemão Walter Benjamin, pois, como já foi argumentado no início deste trabalho de conclusão de curso o passado e a história é fruto de interpretações surgidas no interior de uma sociedade, se partimos dessa perspectiva não podemos olhar a ditadura militar somente pela ótica produzida pelo Estado, mas também aqueles sujeitos que tiveram direta e indiretamente na linha de combate às ações do Estado autoritário.

O nosso trabalho de conclusão de curso quer apresentar assim uma possibilidade didática de ensino e aprendizagem a partir dos sujeitos que vivenciaram a ditadura militar brasileira, ou seja, a classe artística nacional. Os artistas que participavam dos festivais na televisão aberta tinham uma leitura da realidade da sociedade e da ditadura militar, e usavam esse espaço para através das apresentações e das letras musicais criticarem as ações que ocorriam em cada espaço da cidade e do Estado.

E para exemplificar esta contribuição cinematográfica, bem como a canção "Divino Maravilhoso" exemplifica no que tange a contribuição musical neste período, utiliza-se o documentário "Uma Noite em 67" como objeto de análise.

CAPÍTULO II: O USO DO DOCUMENTÁRIO “UMA NOITE EM 67” NAS AULAS DE HISTÓRIA

Após apresentar os principais acontecimentos dos sucessivos governos militares, haja vista que para sugerir como abordar a ditadura brasileira em sala de aula da educação básica, se faz necessário apresentar a historiografia do período, nesta seção dialoga-se sobre as contribuições que o documentário pode trazer para o professor da educação básica para abordar temáticas acerca do período autoritário.

No capítulo anterior houve levantamento bibliográfico da historiografia da ditadura militar, já neste capítulo ocorre a análise fílmica que é a segunda parte metodológica do trabalho, no qual o documentário brasileiro escolhido como lócus deste estudo foi “Uma Noite em 67”⁶, lançado em 2010 com duração de 85 minutos e 7 segundos, com direção de Renato Terra e Ricardo Calil com imagens do arquivo da TV Record, em que retrata depoimentos de músicos que vivenciaram a ditadura militar como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil e outros na terceira edição do Festival de Música Popular Brasileira - MPB, em que algumas músicas foram marcadas como forma de resistência e de denúncia no período da ditadura militar através dos versos que compõe as canções.

Neste capítulo aborda-as sobre as contribuições histórico-sociais presentes no documentário “Uma Noite em 67” e os benefícios de ser utilizado em sala de aula como recurso pedagógico para o ensino de história, especificamente em retratar o período da ditadura militar, que é o foco desta pesquisa. Esta seção está dividida em duas partes: Sendo a primeira voltada para expor as impressões do documentário, em que discorre sobre os fatos para narrar os acontecimentos e também, dialoga-se sobre o entendimento da mensagem que o documentário busca passar para o público. Aliás, é de suma importância entender o passado para compreensão do tempo presente. A segunda parte compreende-se o esboço das temáticas catalogadas no decorrer do documentário que foram observadas e que podem ser benéficas para o docente da educação básica trabalhar determinados conteúdos em sala de aula.

Nesse sentido, o documentário nos dias atuais é um gênero que vem conquistando visibilidade na área cinematográfica, pois além de abranger questões históricas, sociais, econômicas e políticas com os fatos narrados e vivenciados pelas pessoas que passaram por este processo, em que sofreram com a opressão e o

⁶ Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=bfndVO7jacY>

silenciamento, também apresenta artistas que surgiram no período da censura, da tortura e das perseguições, através do documentário é possível reconstruir um momento histórico com análise documental, com entrevistas, notícias em jornais e televisão, imagens e vídeos deste período.

De acordo com Libâneo (1998, p. 26):

A escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significado à informação. Nessa escola os alunos aprendem a buscar a informação (nas aulas, no livro didático, na TV, no rádio, no jornal, nos vídeos, no computador etc.) e os elementos cognitivos para analisá-la criticamente de darem a ela um significado pessoal.

Com isso, o uso do documentário é imprescindível pois possibilita a exposição de vários assuntos com versões de indivíduos que contribuíram para a construção do passado, estes assuntos podem ser inseridos no ensino de história, e assim, oportunizar ao professor a trabalhar uma variedade de temáticas importantes que geralmente se restringem somente aos livros didáticos.

2.1 Impressões do documentário “Uma noite em 67”

A fim de expor o uso do documentário em sala de aula, utiliza-se como objeto de estudo “Uma noite em 67”, como já mencionado anteriormente. Esta longa-metragem com duração de 85 minutos mostra detalhes do III Festival da Música Popular Brasileira - MPB da Tv Record realizada no dia 21 de outubro de 1967, em que foi realizado no Teatro Paramount, na cidade de São Paulo-SP. O documentário remete à memória social de algumas pessoas que vivenciaram esse período, cujas imagens e vídeos foram resgatados do arquivo da Tv Record na data em que houve as apresentações.

O documentário relaciona com as entrevistas que aconteceram nos dias atuais que mostram os depoimentos das pessoas que estavam na apresentação. Nesse sentido aborda-se: os músicos que participaram deste programa, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Roberto Carlos, Sérgio Ricardo e Edu Lobo; o jornalista Sérgio Cabral que fazia parte da banca de jurados; o produtor musical Solano Ribeiro; o diretor da Tv Record Paulinho Machado de Carvalho; o jornalista Chico de Assis e o técnico de som, Zuza Homem de Melo.

Nesse período do contexto da ditadura militar havia a ascensão da televisão e do rádio, que se destacavam programas musicais em que se baseia em apresentações previamente selecionadas, ou seja, a organização do evento que selecionava os músicos e as canções para serem apresentadas e julgadas no Programa. Dessa forma, as apresentações eram avaliadas e votadas pelos jurados, e no fim quem conquistasse o primeiro lugar ganhava a premiação e a competição. Através dos festivais acontecia a integração e a troca de vivências e de experiências entre músicos e a sociedade, construindo a identidade da música brasileira e da cultura do país mediante a Música Popular Brasileira - MPB.

Desse modo, Napolitano (2010, p. 5) argumenta que:

A Música Popular Brasileira dos anos 60, entendida como um objeto histórico que articula política e cultura, é um campo privilegiado para mapear e entender as diversas formas de cruzamento entre idéias e signos musicais, bem como as contradições do engajamento político perturbado pelas demandas da indústria cultural.

O documentário aborda sobre o III Festival da Música Popular Brasileira em que se percebe a ponte que o documentário faz entre o passado e presente, pois traz imagens e vídeos inéditos da noite de 1967 em que faz relação com os depoimentos nos dias atuais das pessoas que vivenciaram esta noite. Além disso, a montagem do documentário transparece algo realista, pois em nenhum momento há interrupção de terceiras pessoas nas cenas, é composta somente com o som e as imagens da noite que aconteceu o festival e os depoimentos das pessoas que estavam presentes no ambiente, tanto as entrevistas ocorridas no mesmo dia do evento, bem como de entrevistas ocorridas recentemente. O documentário reconstrói a história através das memórias daqueles que estiveram presentes no local.

A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele). e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo (CHAUI, 2000, p.164).

O documentário inicia mostrando imagens do Festival com a abertura das cortinas e os aplausos da plateia. Após essa abertura, expõe a entrevista com o organizador do evento, Solano Ribeiro, em que relaciona com as imagens da entrevista com imagens dos arquivos da Tv Record que registraram os momentos desta noite. Desse modo, no depoimento ele aborda sobre a tensão que o Brasil

passava nesse período devido à ditadura militar e em relação à expectativa dos artistas de se consagrarem como revelação da música popular brasileira. Com isso, ele também aborda que o intuito de realizar o Festival musical era de trazer entretenimento para o público, como uma forma de aliviar a tensão e preocupação que o momento exigia, pois não somente o público tinha o sentimento de tensão, mas os artistas e os jurados também. Ao longo do tempo, o Festival adquiriu uma importância social, musical, histórica, cultural e sociológica para a sociedade brasileira.

O próximo entrevistado foi Paulinho de Machado de Carvalho, diretor da Tv Record, que explanou sobre a real intenção de organizar festivais em programa de televisão que era de criar um espetáculo e selecionar intérpretes que geralmente compõe peças de teatros e cenas de filmes, como por exemplo: “O mocinho/O pai da moça/bandido/vilão”, cujo objetivo era justamente de despertar maior interesse e atenção do público e dos telespectadores através desta analogia com personagens.

Após isso, o documentário se preocupou em explicar sobre a reação do público em relação às apresentações. Para isso, trouxe depoimentos de Sérgio Cabral, que foi jurado no dia do Festival, Zuzi Homem Melo que foi técnico de som e o jornalista Chico de Assis, os três depoimentos remetem às vaias que o público fazia para os artistas, uma situação que se tornava tensa de ver e de ouvir, após cada depoimento aparecem cenas do espetáculo com as vaias das pessoas da plateia para os artistas ou para os apresentadores, que de fato evidenciou o rigor dos julgamentos do público.

Depois de contextualizar as reações do público, o documentário mostra a apresentação do artista Sérgio Ricardo com a canção “Beto Bom de Bola” canção que foi inspirada no jogador Garrincha, mas esta apresentação não agradou o público, e o artista não soube lidar com a pressão das pessoas através das vaias e gritos de ofensas, mas mesmo assim, ele ainda conseguiu cantar o início da música. Nesse sentido, ele se estressa com a plateia, quebra o violão e lança para a multidão. Após o fato ocorrido, aparece o depoimento do diretor da Record, Paulinho Machado de Carvalho repudiando esta atitude, que menciona que foi uma falta de respeito com o público e com o festival, e que este tipo de atitude de um participante foi inadmissível, por este motivo Sérgio Ricardo foi desclassificado do programa.

Na entrevista de Sérgio Ricardo no documentário ele argumenta que de fato foi uma atitude descontrolada, mas defendeu tal atitude, visto que, no momento ficou sem reação e que não se arrepende, pois:

[...] isso foi como um gato acuado. Você acua um gato num canto de uma coisa e ameaça ele para você ver o que que o gato vai fazer, ele avança mesmo que saiba que seja um leão diante dele! [...] Por que vaiar? Só para ter um sensacionalismo de um público que virou personagem de repente.

Dando continuidade, o documentário segue mostrando as entrevistas de acordo com a ordem das classificações, em que mostra as canções cantadas pelos artistas, bem como a reação do público, fazendo analogia com as falas dos participantes retiradas nas entrevistas, sendo entrevista feita ou na própria noite do festival ou recentemente, de modo que trouxe complementos para o enredo do documentário.

Em quinto lugar ficou a canção “Maria Carnaval e Cinzas”, cantada por Roberto Carlos. Em entrevista, Nelson Motta diz que nessa época não existiam novelas ou outros programas de entretenimento, apenas se concentrava os festivais musicais, e com isso, a Record tinha domínio em relação a outras emissoras.

Nelson expõe que no dia 17 de julho de 1967 houve a passeata das pessoas que eram contra o uso de guitarras nas músicas brasileiras, com faixas e cartazes protestavam e gritavam “Abaixo a guitarra”, em relação a difusão da música brasileira com o *rock* americano, algumas pessoas defendiam que a música do país não poderia ser invadida com o que vinha de fora, ou seja, uma considerável parte da população defendia uma música totalmente brasileira. Sobre isso, Gilberto Gil aborda que essas competições eram saudáveis até determinado momento, pois ele não concordava com a divisão de territórios e com o uso de apenas um modelo de música cultural e social.

Em quarto lugar ficou a música “Alegria, Alegria” cantada por Caetano Veloso e com participação do grupo argentino de *rock* dos *Beat Boys*, ele inaugurou um estilo de canção criticada por aqueles que rejeitava a novidade da guitarra elétrica e se apresentou vestindo roupas pouco comuns nesse período, ele se apresentou com um blazer xadrez e uma camisa de gola laranja. No início de sua apresentação enfrentou vaias do público, mas que o desenrolar de sua canção, foi conquistando a atenção dos telespectadores. Dessa forma, ele introduziu um modelo musical pouco comum nesse período, em que saiu dos padrões culturais que eram instalados nas apresentações dos festivais.

Nesse sentido, o jornalista Chico de Assis em sua fala, relembra o carisma de Caetano, e sua emoção ao observar esse momento, pois nunca tinha visto um artista “desdobrar” a opinião da plateia e substituir vaias por aplausos apenas cantando, sem ao menos, falar algo para se defender diante de uma multidão feroz. Após isso, o documentário mostra que em entrevista, Caetano no início não achou a música bonita, mas ao ver que tinha agradado o público, ele conseguiu veicular suas ideias e encontrar forças para continuar sua apresentação mesmo com a rejeição das pessoas no início de sua apresentação.

Em terceiro lugar ficou a música “Samba Roda Viva” por Chico Buarque de Holanda com participação do grupo musical MPB-4, em que através dos versos da canção percebe-se tom de criticidade, como por exemplo “A gente quer ter voz ativa” e “A gente vai contra a corrente” retratando os anos difíceis anos da ditadura militar e o fim da liberdade de expressão no meio artístico devido a censura e as perseguições, em que expõe denúncia desse período com mensagens subliminares nas entrelinhas.

Em seguida, o documentário apresenta a fala de Gilberto Gil na entrevista em que ele aborda sobre o impacto dos *Beats* no Brasil, bem como o impacto da música regional no Nordeste, defendeu que na sua música não cabe divisão, apenas complementação, não restringe seu trabalho por territórios e nem disputas internacionais.

Ainda em seu relato, ele admite que na noite de sua apresentação ele se sentia apavorado com a tensão e a dimensão que era de se apresentar no Festival. Inclusive, Paulo Machado de Carvalho participou da banca de jurados no dia da apresentação de Gilberto Gil e momentos antes, o estimulou a não desistir de cantar, pois Gil temia em ter que se submeter a reprovação que poderia passar com o julgamento da plateia, após esse resgate, Gil participou do evento. Após a apresentação, Paulo defendeu a estética proposta na música de Chico Buarque e Gilberto Gil com a utilização de guitarras, pois isso o surpreendeu superando suas convicções pessoais, enfatizando que essa fusão realmente era muito boa de se ouvir.

Com a apresentação de Gilberto Gil com a canção “Domingo no Parque” juntamente com o grupo Os Mutantes, ele adquiriu o segundo lugar, do qual se evidenciou uma música moderna, mesclando berimbau e guitarra elétrica. Neste Festival, juntamente com Caetano Veloso, inauguraram uma nova forma de apresentar a música popular brasileira, bases do Tropicalismo. Nesse sentido, Edu Lobo até mencionou em sua entrevista sobre a Tropicália, enfatizando sobre as

vestes, pois seus concorrentes usaram vestimentas mais extravagantes e diferentes das que estavam acostumados a ver, então eles mostraram aparentemente ser mais jovens dos outros que se apresentaram de smoking, comum e padronizado nas apresentações nesse período.

Em primeiro lugar ficou a canção "Ponteio" de Edu Lobo com participação de Marília Medalha e o grupo Quarteto Novo, em que recorreram a um som característico do estilo sertanejo com a utilização dos violões trazendo marcas da musicalidade nordestina, a canção também agradou ao público jovem politizados que frequentavam os festivais e também o carisma de Edu foi um fator que certamente também contribuiu para cativar a plateia. Diante disso, Edu Lobo com a canção "Ponteio" veio a ganhar a Viola de Ouro e ganhar a competição do III Festival da Música Popular Brasileira.

Nesse sentido, o III Festival da Música Popular Brasileira não aderiu ao Tropicalismo, mas as canções "Alegria, Alegria" e "Domingo no parque" de Caetano Veloso e Gilberto Gil, respectivamente, demonstravam marcas da tropicália, no festival ambos não ganharam a premiação, mas expuseram ao meio artístico e cultural a introdução do tropicalismo brasileiro. Dessa forma, trouxeram estruturas de letras das canções de forma diferenciada com jogos de linguagem melancólica, fusão da estética musical brasileira com a estética musical estrangeira, com roupas coloridas e extravagantes, e também cabelos compridos, diferente do modelo padronizado de comportamento musical presente na sociedade no período em questão.

Caetano não foi o vencedor do festival. Mas venceu todos os preconceitos do público, acabando com a discriminação musical entre MPB e jovem guarda. Ainda sendo, com Domingo no Parque, a mais original, acabou também como a mais popular das composições do festival. CAMPOS (1993, pág. 145).

Portanto, este festival evidenciou as tensões que os artistas e grupos musicais passavam no período em questão, em que corresponde ao período autoritário com a necessidade de se consagrarem revelações musicais, no qual buscavam se inserir na indústria cultural e além disso, tinham que lidar com a censura presente na sociedade. Dessa forma, a realização do festival apresentou mudanças no modelo musical imposta no período com introdução de guitarras elétricas, roupas escandalosamente coloridas e letras diferenciadas, denominada movimento tropicalista.

2.2 Os temas apresentados no contexto do documentário

A contemporaneidade trouxe a mudança de paradigma educativo, pois possibilitou a inclusão de outras ferramentas pedagógicas além dos livros didáticos abordados em salas de aula. Com isso, se transforma novas maneiras de mediar conhecimento e de estimular o aluno a refletir sobre o conteúdo discutido na escola.

Nesta parte da pesquisa será apresentado as temáticas que os professores que lecionam na educação básica podem estar construindo para aprendizagem dos alunos da EJA através do documentário “Uma Noite em 67”, com isso, serão expostas a relação que essas temáticas possuem com a BNCC e algumas sugestões sobre como abordar estes conteúdos em sala de aula.

Tabela 1: Conteúdos que podem ser abordados com o documentário em sala de aula

Competências Específicas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC	Finalidade das temáticas apresentados através do documentário	Objetivos
“A ditadura militar 1964-1985 e os processos de resistência” (BNCC, 2017, p. 430).	Apresentar aos educandos a Música Popular Brasileira - MPB como crítica social ao regime militar através de algumas canções com mensagens subliminares.	Compreender e analisar a importância das canções como forma de resistência e de protesto na Ditadura Militar.
“Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo	Mostrar aos alunos os detalhes do III Festival da Música Popular Brasileira - MPB em que se constituíram músicas como forma de protesto “nas entrelinhas” nos versos das canções e o surgimento de grupos com características americanas nos festivais que eram criticadas por	a) Evidenciar a transformação da música na sociedade brasileira com o uso de guitarras elétricas, que eram bastante rejeitadas por aqueles que defendiam uma estrutura musical 100% brasileira.

<p>contemporâneo” (BNCC, 2017, p. 402).</p>	<p>uma parcela da sociedade.</p>	<p>b) Evidenciar as competições que os artistas tinham para se consagrarem revelações musicais.</p>
<p>“Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual” (BNCC, 2017, p. 198).</p>	<p>Introduzir em sala de aula o uso de documentário como forma de arte e como forma de reconstruir o passado nas telas como ferramenta pedagógica para intensificar a aprendizagem e mostrar outras versões do passado, além das apresentadas nos livros didáticos.</p>	<p>a) Estimular os alunos a ter uma visão crítica em relação ao contexto histórico do regime militar com recurso audiovisual.</p> <p>b) Observar como era a televisão nessa época.</p> <p>c) Analisar como eram as apresentações dos Festivais nessa época.</p>
<p>“Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais” (BNCC, 2017, p. 65).</p>	<p>Expor a importância e a contribuição que os Festivais tiveram para a memória do país em todas as esferas, além de expor o uso de documentário fazendo uma ponte entre o passado e o presente.</p>	<p>a) Conhecer alguns nomes dos principais artistas, compositores e intérpretes do período.</p> <p>b) Analisar as experiências individuais e/ou coletivas daqueles que vivenciaram esse momento da história do Brasil.</p> <p>c) Relacionar a estética musical presente no festival com a política e a cultura na sociedade.</p>

“Uma Noite em 67” tem como eixos centrais: O contexto da ditadura militar e a Música Popular Brasileira. Nesse sentido, pode contribuir para a compreensão dos alunos em relação a ditadura militar e a importância da música nesse período mediante a utilização do documentário, antes de exibir o documentário é importante que o professor resgate o conceito de gênero do filme e diferencie um documentário de um filme, principalmente filmes de ficção, pois os documentários abordam assuntos que de fato aconteceram com depoimentos de pessoas que vivenciaram o contexto abordado, retratando a realidade.

Nesse sentido, o professor deve estar atento ao exigir cinema na turma, pois não pode ser um filme e/ou documentário escolhido aleatoriamente, é necessário fazer relação com o conteúdo exposto em sala de aula, pois não é recomendado a improvisação em nenhum cenário nas escolas, pois o planejamento é fundamental. Além disso, é preciso ser amparado por outras ferramentas pedagógicas, como a música, os livros didáticos, depoimentos e etc., ademais, o educador deve seguir o roteiro programático dos assuntos que são abordados em sala de aula. É de suma importância que o professor após a exibição de filmes, possibilite rodas de conversa para contribuir ainda mais com aprendizagem dos alunos, e também, que o professor participe das discussões, para haver uma troca de experiências e de informações entre professor-aluno, pois existem detalhes nas cenas que passam despercebidas para uns e para outros não, porém havendo o diálogo todos podem compreender mutuamente de forma completa.

É mister que o professor dialogue com os estudantes em sala de aula, para extrair o que eles já conhecem em relação a Música Popular Brasileira e o período 1964-1985, e prepará-los através de orientações sobre as temáticas que serão expostas com o conteúdo do documentário, é interessante que proponha com antecedência que os alunos realizem uma pesquisa sobre o III Festival da MPB ocorrida em 1967. Além disso, o uso do documentário deve ter o apoio de outras ferramentas pedagógicas e metodológicas para gerar uma contextualização, como os livros didáticos, canções, rodas de conversa, etc.

O professor da EJA pode usar o documentário Uma Noite em 67 para fazer um contraponto à narrativa didática presente no livro didático da área de humanidades, especificamente o livro de História. Conforme foi apontado no início

desse trabalho, o passado é fruto de interpretações que são feitas dentro do interior de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a culminância desta pesquisa, se faz necessário explicar as conclusões do percurso do estudo. Com isso, conclui-se que o documentário “Uma Noite em 67” pode contribuir em sala de aula da EJA, pois colaboram para uma aprendizagem coletiva e plena dos indivíduos como já exposto anteriormente relacionando com a BNCC, em que oportuniza ao aluno a reflexão crítica do conteúdo abordado, que neste caso refere-se a ditadura militar e as múltiplas consequências que as pessoas vivenciaram no passado, que inclusive contém marcas até os dias atuais. Dessa forma, através do plano de aula inserido neste trabalho o aluno poderá ter legitimidade e autonomia no seu processo de ensino e aprendizagem, em que o professor não se restringe a ser um distribuidor de conhecimento e ser humano enciclopedista, ao contrário, será responsável por mediar uma educação completa, estimulando a autonomia da opinião dos alunos, de tal forma que saia dos paradigmas tradicionais nas salas de aula.

A importância deste estudo para a comunidade é inquestionável, uma vez que até os dias atuais a sociedade brasileira convive com as consequências do período ditatorial, que foi marcado pelo retrocesso aos direitos conquistados pela população ao longo dos anos amparados nas constituições passadas. A análise da historiografia da ditadura militar é de suma importância antes de sugerir como abordar o período autoritário em sala de aula, pois se faz necessário explicar o contexto histórico, além disso, para compreender a realidade atual, em relação à cultura, a história brasileira, à política, economia, à educação, aos direitos civis e à organização social.

Nesse sentido, cabe-se ressaltar que o professor da EJA precisa articular temas da atualidade com a realidade educacional do aluno. Construiu-se uma leitura de que o aluno hoje, especificamente no século XXI não aprende somente dentro do espaço de aula, mas também com outros espaços de aprendizagem como assistindo um documentário, lendo um jornal, assistindo televisão, estando em uma rede social, conversando com alguém, entre outros. A história está em todo lugar, portanto, se está em todos espaços sociais cabe-se construir uma leitura da realidade social em que o(a) estudante está inserido(a).

Conforme exposto no decorrer desta pesquisa, destaca-se o recurso audiovisual como o uso do documentário em sala de aula, que se transforma em uma ferramenta auxiliar para o professor no que tange a construção de conhecimento, a produção do senso crítico e reflexão sobre a realidade para o educando. A utilização

dos filmes e/ou documentários trazem diversos benefícios para a aprendizagem, mas destaca-se a criticidade através da análise fílmica, as emoções que emanam do enredo da história e da melancolia dos personagens, a observação de outras realidades além das apresentadas nos livros didáticos em que aguçam a percepção do aluno sobre o passado interligado com o tempo presente. Outra vantagem com a utilização dos documentários em sala de aula, é de que os alunos podem observar como são construídos os trabalhos dos historiadores com os fatos históricos, principalmente através do uso das entrevistas e análise documental de reportagens em décadas passadas.

O documentário “Uma Noite em 67” pode ser utilizado em sala de aula para complementar os assuntos acerca da ditadura militar, da música como forma de resistência e protesto, além de mostrar o movimento da Tropicália em relação às vestimentas dos artistas. Com isso, através dos vídeos e das imagens resgatadas do arquivo da Tv Record na noite do III Festival da música Popular Brasileira associado com as entrevistas realizadas recentemente com quem esteve presente nesta noite pode-se compreender as diversas situações que aconteceram neste dia com as apresentações e as devidas colocações dos participantes, cada uma das pessoas que estiveram presentes no Festival carregam memórias que reconstroem esse momento importante para a MPB e a cultura do país.

No decorrer do trabalho também se evidencia a música como ferramenta pedagógica, bem como o cinema, inclusive no documentário escolhido como objeto de estudo utilizou um enredo cuja história se baseia em apresentar um Festival relacionado a música, canções e artistas. A música está presente na vida do ser humano desde seus primeiros anos de vida, os benefícios da utilização de músicas na educação são diversos, em que se destaca a sensibilidade, a expressão corporal, a oportunidade de expressar seus sentimentos e emoções, senso rítmico, e a crítica social. Dessa forma, quando isso é associado ao conteúdo discutido nas escolas podem colaborar potencialmente para o desenvolvimento do indivíduo, e a música também é abordada no documentário “Uma noite em 67”. Desse modo, as músicas também podem ser utilizadas como objeto de estudo e de análise para abordar a musicalidade em sala de aula.

A música é uma arte, e toda arte tem como um dos objetivos a expressão das emoções, e nesse período não foi diferente, mesmo com os militares controlando o âmbito cultural, as canções demonstravam o sentimento coletivo da sociedade. Desse

modo, a música estava presente no contexto da ditadura militar em que os artistas além de lidar com a tensão dentro do governo, tinham que lidar com censura, então reproduziam canções com mensagem “nas entrelinhas”, para que os militares não percebessem tais críticas sociais.

A escola no período ditatorial possuía uma ideia de História era a história factual e positivista, assim como o cinema e a música tiveram que sofrer sem ter acesso a autonomia e a legitimidade, a escola foi umas das instituições utilizadas como aparelho ideológico do Estado que utilizava a disseminação de padrões comportamentais e sociais elaborados pelo governo para que os jovens se tornarem “bons cidadãos” dedicados ao tradicionalismo e ao civismo havendo uma difusão ideológica defendida pela ditadura militar. Com isso, esse período trouxe vários efeitos para a educação, incluindo o uso do livro didático em sala de aula com maior frequência, visto que nesse período eram utilizados como forma de controle pelos militares tanto para os professores quanto para os alunos.

Neste trabalho não tem se a ideia de construir uma reflexão com a EJA mesmo sabendo que podemos desenvolver em trabalhos futuros reflexões sobre a temática, destacando os usos do documentário Uma noite em 67 em sala de aula na cidade de Marabá, por exemplo, e com isso abrir novas frentes de análises sobre a ditadura militar em sala de aula. Conectamos a relação ditadura militar, cinema e interpretações audiovisuais e o ensino de história como eixo de análise. O livro didático passou a ser utilizado como principal recurso metodológico e pedagógico na difusão dos saberes e das ideologias, porém como já é sabido, os livros didáticos são de extrema importância para os professores e para o âmbito escolar, mas de fato, nesse período de ditadura se restringia a ser uma “arma” do Estado.

Portanto, através deste trabalho evidenciou-se a importância de compreender o passado para entender o tempo presente, por isso é preciso apresentar o período da ditadura militar ao educando, pois possibilita identificar as consequências e os resultados desse período para o contexto atual da sociedade em relação a história do Brasil, a cultura tanto musical quanto cinematográfica, a economia do país e a política. Com isso, para construir uma reflexão crítica ao assunto, este estudo também buscou apresentar a importância do documentário em sala de aula, em que pode ser extremamente útil para o professor como ferramenta pedagógica, pois o auxiliará no ensino de história de forma geral, incluindo a ditadura militar. Dessa forma, pretende-se que os resultados obtidos contribuam para o entendimento em relação a

historiografia entre 1964-1985, bem como, para a ampliação do debate acerca do uso de comentário em sala de aula. É interessante ressaltar que através deste trabalho podem ser estudadas várias temáticas nesta perspectiva, de tal maneira a aprofundar as contribuições na área em questão, pois foram diversos assuntos citados no decorrer desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANCIO, Tunico. **Artes e manhas da Embrafilme**. Niterói: EDUFF, 2000.

ANAZ, Sílvio. **REPRESSÃO CULTURAL: A CENSURA ÀS ARTES DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA**. In: Aventuras na História. Publicado em: 11/05/2019, ÀS 15H00 - ATUALIZADO EM 09/04/2021, ÀS 09H30. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/censura-e-brega-repressao-artes-na-ditadura-brasileira.phtml> . Acesso em: 23/01/2023.

ANDRADE, Carlos Lindomar. **Evolução Política do Estado Brasileiro 1961-1990**. Florianópolis: Insular, 2013.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1967**. Brasília, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 31 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 859/69 Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências**. Brasília, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1971/D68065.html#textoimpressa . Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.683 Lei da Anistia, art. 1**. Brasília, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89

%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Editora Jorge Zahar, 2009.

CAMPOS, Augusto de. **Balanço da bossa e outras bossas**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2016.

CORREIO DA MANHÃ. **31 de março de 1964**. p. 1. Disponível em: https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/basta_cm.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

CORREIO DA MANHÃ. **01 de abril de 1964**. p. 1. Disponível em: https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/fora_cm.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FONSECA, Selma Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **Os Presidentes e a Ditadura Militar**. In: Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro -RJ, Arquivo Nacional, 2009.

HOBBSAWM, Eric John. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840- 2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. **O ensino de História do Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980)**. In: CERRI, Luiz Fernando. O Ensino de História e a Ditadura Militar. 2a ed. Aos Quatro Ventos, 2007

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Futebol em tempos de ditadura civil-militar**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

MENDES, Deillany Martins; SOUSA, Laís Mikaelly Do Carmo. **Tropicália: influências e principais representantes**. Revista Arte, Ciência e Tecnologia, 2017. Disponível em: [artigo.pdf \(cet.edu.br\)](#)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAN, José Manuel. **O vídeo na sala de aula**. Revista comunicação e educação: São Paulo vl 1, 1995.

MORETTIN, Eduardo Víctorio. **O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais**. São Paulo: Intermeios, 2018.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, São Paulo, 1993

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)**. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

NAPOLITANO, Marcos; MORETTIN, Eduardo. **O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais**. São Paulo: Intermeios: Fapesp: FAMECOS, 2018.

OLIVEIRA, Adriana Mattos de. **A JOVEM GUARDA E A INDÚSTRIA CULTURAL: análise da relação entre o Programa Jovem Guarda, a indústria cultural e a recepção de seu público**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

PASSARINHO, Jarbas. **A hora e a vez dos filmes históricos**. Filme Cultura, Rio de Janeiro, n. 18, seção Movimento, jan./fev. 1971, p. 1. Disponível em: <http://revista.cultura.gov.br/item/filme-cultura-n-18/> .Acesso em 18 de janeiro de 2023.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROSSINI, Miriam de Souza. **As marcas do passado: o filme histórico como efeito de real**. Porto Alegre, 1999. Doutorado (Tese em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Vanderli Maria da. **A Construção da Política Cultural no regime militar: Concepções, Diretrizes e Programas (1974-1978)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria é outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022

UNIFESSPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.** Marabá, 2018.

Uma Noite em 67. **DVD.** Brasil, 2010. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=bfndVO7jacY>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

ANEXO 1

PLANO DE AULA

1. Identificação

- 1.1. **Objeto do Conhecimento: HISTÓRIA**
 1.2. **Professor(a):**
 1.3. **Tema da Aula: RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**
 1.4. **Etapa: EJA**
 1.5. **Carga Horária: 90 min (2 aulas de 45 minutos) Data:**

2. Objetivos Gerais e Específicos

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

3. Conteúdo

- Ditaduras militares na América Latina
- O regime militar no Brasil.
 - O governo Castelo Branco.
 - A linha dura no poder.
 - Governo Médici (1969-1974)
 - Resistências à ditadura militar brasileira.
 - “O milagre econômico”.
 - O fim “milagres”
 - Governo Geisel: abertura lenta, gradativa e segura.

4. Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas, com debates e socialização dos estudantes.
 Usos de vídeos do *Youtube* com músicas do período da ditadura militar tocadas durante a ditadura militar brasileira.

5. Estratégia de Ensino

Em primeiro momento serão realizados debates visando que possamos abstrair quais conhecimentos os estudantes têm sobre a temática. Em segundo momento serão realizadas apresentações expositivas e dialogadas do docente, onde além dos textos, serão apresentados outros recursos visuais, entre eles um documentário chamado “Uma Noite em 67” (sinopse em anexo).

Portanto, queremos fazer uma leitura a contrapelo do que é proposto pelo livro didático de História que possui uma história política e econômica marcadamente dentro da estrutura narrativa didática, colocando para segundo plano a questão cultural do período estudado.

	<p>6. Recursos</p>
	<p>Serão utilizados textos, livros didáticos, recursos multimídias, computadores, data show e caixa de som.</p>
	<p>7. Avaliação</p>
	<p>A avaliação ocorrerá de forma processual e contínua. Ao final do ciclo de diálogos apresentados neste plano de aula, será realizado um festival cultural onde os alunos apresentam músicas, roupas e a cultura da época dos acontecimentos.</p>
<p>8. Bibliografia Básica</p>	
<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação, 2017.</p> <p>FONSECA, Selma Guimarães. Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2014.</p> <p>JÚNIOR, Alfredo B. História & Sociedade. 9º ano. Editora FTD, 2020.</p> <p>MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema e as ditaduras militares: contextos, memórias e representações audiovisuais. São Paulo: Intermeios, 2018.</p> <p>Uma Noite em 67. DVD. Brasil, 2010. Disponível em: https://m.youtube.com/watch?v=bfndVO7jacY. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.</p>	
<p>9. Bibliografia Complementar</p>	
<p>REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.</p> <p>ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas do passado: o filme histórico como efeito de real. Porto Alegre, 1999. Doutorado (Tese em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1999.</p> <p>SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.</p> <p>THOMPSON, Edward. A miséria da teoria é outros ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.</p>	
<p>Observação: Usamos neste plano de aula o livro didático História & Sociedade, 9º ano de Alfredo Boulos Júnior, lançado pela editora FTD no ano de 2020. Portanto, iremos inserir a discussão da cultura musical e sua resistência durante as 3 aulas que são pensadas para debater a temática das ditaduras na América Latina (capítulo 13). Dialogamos neste plano de aula com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).</p>	

ANEXO 2 – CARTAZ DO DOCUMENTÁRIO “UMA NOITE EM 67”

VideoFilmes, Record Entretenimento e BNDES
apresentam

**uma
noite
em**

67

*um filme sobre
o festival
que revolucionou
a música brasileira*

Caetano Veloso
Chico Buarque
Edu Lobo
Gilberto Gil
Roberto Carlos
Sérgio Ricardo



Dirigido por Renato Terra e Ricardo Coll

Fotografia e Câmera Rogério Oliveira - Montagem Juliana Berg - Tercêto Técnico - Edição de som e imagem Zumbão Campos - Projeto Artístico Vanessa - Consultor e Dado Ferreira de Melo
Coordenação de produção Carolina Borellato - Direção de produção Beth Rosaly - Produção Executiva João Marcelo Salles e Elisavete Adriano Ramos

BNDES

ancine

ancine



ANEXO 3 – FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO “UMA NOITE EM 67”

Equipe de Produção e Ficha técnica

Direção: Renato Terra e Ricardo Calli.

Coprodução: Video Filmes e Record Entretenimento

Montagem: Jordana Berg

Produção: Beth Accioly

Produtores: João Moreira Sales e Maurício Andrade Ramos

Ano de produção: 2010

Classificação: Livre para todos os públicos.

Gênero: Documentário

Descrição: O documentário trata da Final do III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, cujos candidatos que disputavam a premiação eram: Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Roberto Carlos, Edu Lobo e Sérgio Ricardo, que foi o protagonista da quebra do violão no palco e lançado em direção a plateia depois das vaias do público após sua apresentação. Com imagens do arquivo da Tv Record que traz consagração de nomes para história da música brasileira.

SINOPSE DO DOCUMENTÁRIO

No teatro: aplausos, vaias, um violão quebrado, guitarras estridentes. No palco: os jovens Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Roberto Carlos, Edu Lobo e Sérgio Ricardo. As músicas: “Roda Viva”, “Ponteio”, “Alegria, Alegria” e “Domingo no Parque”. E só um deles sairia vencedor.